

# LEGISLAÇÃO – PM/CE

## Prof. Airton Moral

### CÓDIGO DISCIPLINAR – PM/BMCE

**LEI Nº 13.407, DE 21.11.03**  
(DOE 02.12.03)

Institui o **Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará**, dispõe sobre o comportamento ético dos militares estaduais, estabelece os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativo-disciplinar dos militares estaduais e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### Das Disposições Gerais

**Art. 1º.** Esta Lei institui o Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, Corporações Militares Estaduais organizadas com base na hierarquia e na disciplina, dispõe sobre o comportamento ético dos militares estaduais e estabelece os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativo-disciplinar dos militares estaduais.

#### **Comentário do Moral:**

- *Esse Código de Disciplina vale para Polícia Militar e para o Bombeiro Militar.*

- Até o Art. 10, esse Código revela quais as condutas que o Estado espera do seu Militar.
  - ✓ O art. 6º define a deontologia militar.
  - ✓ O art. 7º nos revela 12 valores, os quais sempre têm sido alvo em provas da PM e do BM.
  - ✓ O art. 8º nos revela 36 incisos de deveres.
- A partir do art. 11, esse Código se preocupa em definir as más condutas.
  - ✓ O art. 12 conceitua transgressões disciplinares;
  - ✓ O art. 13 traz 143 incisos de transgressões.
- O art. 14 nos revela as 08 sanções disciplinares.
- O art. 71 nos revela os processos regulares a que se submetem aqueles militares que cometem transgressões disciplinares para apuração de sua responsabilidade administrativa.

**Art. 2º.** Estão sujeitos a esta Lei os militares do Estado do serviço ativo, os da reserva remunerada, nos termos da legislação vigente.

### **Comentário do Moral:**

- Conforme o art. 3º do Estatuto Militar, existem duas situações dos Militares na Corporação: ativo ou inativo. Na inatividade, você encontra o Reserva Remunerado e o Reformado. Perceba, então, que o reformado não é alcançado por esse Código.
- Saiba que nem todos os militares da ativa e da reserva remunerada estão sujeitos a esse Código. Leia as exceções abaixo.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não se aplica:

I - aos militares do Estado, ocupantes de cargos públicos não militares ou eletivos;

**Comentário do Moral:**

- ***Militares ocupantes de cargos públicos não militares – aqui estão os militares cedidos a trabalhar em cargos civis temporários, tais como: secretarias de governo, coordenadorias e etc..***
- ***Esse Código, apesar de não alcançá-los, impõe a esses o dever de se absterem de suas designações enquanto nesses cargos permanecerem. Veja o que diz o inciso XXI do art. 8º***

**XXI - abster-se, ainda que na inatividade, do uso das designações hierárquicas em:**

**d) exercício de cargo ou função de natureza civil**

**Comentário do Moral:**

- ***Militares ocupantes de cargos eletivos – aqui estão os militares eleitos a vereador, a prefeito, a deputado, senador e etc..***
- ***O art. 53 do Estatuto Militar nos revela que o militar que assume cargo eletivo será transferido para reserva remunerada ex officio. Leia abaixo:***

**Art.53. O militar estadual alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:**

**II - se contar 10 (dez) ou mais anos de serviço, será agregado por ato do Comandante-Geral, sem perda da percepção da remuneração e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação,**

**para a reserva remunerada, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;**

**III - se suplente, ao assumir o cargo eletivo será inativado na forma do inciso anterior.**

**II - aos Magistrados da Justiça Militar;**

**Comentário do Moral:**

- ***Aqui estão os oficiais nomeados para compor o Conselho de Justiça, na Justiça Militar Estadual, com o objetivo de julgarem os militares por cometimento de crimes militares.***
- ***Indico a leitura do art. 51 do Estatuto Militar.***

**Concurso PM-2016**

**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

O Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará se aplica aos militares do Estado do serviço ativo, aos da reserva remunerada, além dos Magistrados da Justiça Militar Estadual.

**Gabarito (E)**

**Os Magistrados não são alcançados pelo Código.**

**III - aos militares reformados do Estado.**

**Comentário do Moral:**

- ***Aqui estão os militares dispensados definitivamente do serviço ativo da Corporação.***

- ***Isso quer dizer que não podem mais sofrer convocação do Governo para a atividade.***
- ***São abordados no art. 188 do Estatuto Militar.***

**Art. 3º.** Hierarquia militar estadual é a ordenação progressiva da autoridade, em graus diferentes, da qual decorre a obediência, dentro da estrutura da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, culminando no Governador do Estado, Chefe Supremo das Corporações Militares do Estado.

### **Comentário do Moral:**

- *A questão da sua prova vai tentar dar vários nomes para o chefe supremo das corporações militares, tais como: Presidente da República, Secretário, Ministro e etc.. O chefe supremo é o Governador!*
- *As palavras Hierarquia e Disciplina estão conceituadas no art. 29 do Estatuto Militar. Veja:*

**Art.29.** A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Corporações Militares do Estado, nas quais a autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico do militar estadual.

**§1º** A hierarquia militar estadual é a ordenação da autoridade em níveis diferentes dentro da estrutura da Corporação, obrigando os níveis inferiores em relação aos superiores.

- **§2º** A ordenação é realizada por postos ou graduações dentro de um mesmo posto ou de uma mesma graduação e se faz pela Antiguidade ou precedência funcional no posto ou na graduação.

**§ 1º.** A ordenação da autoridade se faz por postos e graduações, de acordo com o escalonamento hierárquico, a antiguidade e a precedência funcional.

**Comentário do Moral:**

- *A questão da sua prova vai tentar dar vários nomes para o chefe supremo das corporações militares, tais como: Presidente da República, Secretário, Ministro e etc.. O chefe supremo é o Governador!*

**Comentário do Moral:**

- *Escalonamento da autoridade atualizado: aluno soldado, soldado, cabo, 3º Sargento, 2º sargento, 1º Sargento, Subtenente, aluno do CFO, 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente-coronel, Coronel, Coronel Cmt. Geral, culminando no Governador do Estado, chefe supremo das Corporações.*

**§ 2º.** Posto é o grau hierárquico dos oficiais, conferido por ato do Governador do Estado e confirmado em Carta Patente ou Folha de Apostila.

**Comentário do Moral:**

- *Carta Patente é um diploma confirmatório do posto, das prerrogativas e dos direitos e deveres do oficial, nos termos da lei.*
- *Folha de apostila é onde as promoções dos oficiais são confirmadas.*

**§ 3º.** Graduação é o grau hierárquico das praças, conferido pelo Comandante-Geral da respectiva Corporação Militar.

### **Comentário do Moral:**

- *Posto é do Oficial, conferido pelo Governador do Estado.*
- *Graduação é da Praça, conferido pelo Cmte. Geral.*

**Art. 4º.** A Antiguidade entre os militares do Estado, em igualdade de posto ou graduação, será definida, sucessivamente, pelas seguintes condições:

**I** - data da última promoção;

**II** - prevalência sucessiva dos graus hierárquicos anteriores;

**III** - classificação no curso de formação ou habilitação;

**IV** - data de nomeação ou admissão;

**V** - maior idade.

### **Comentário do Moral:**

- *Dica de frase para decorar as palavras iniciais dos incisos:*

**Data que Prevalece e Classifica é a Data Maior**

- *Estão aí todos os critérios escritos de forma sucessiva.*

**Parágrafo único.** Nos casos de promoção à segundo-tenente, de nomeação de oficiais, ou admissão de cadetes ou alunos-soldados prevalecerá, para efeito de antiguidade, a ordem de classificação obtida nos respectivos cursos ou concursos.

### **Comentário do Moral:**

- *Para saber a antiguidade dentre os cadetes, ou dentre os alunos-soldados será utilizada a classificação do concurso.*

- *Para saber a antiguidade dentre os segundos-tenentes QO, QOS e QOCpl será utilizada a classificação do CFO.*
- *Para saber a antiguidade dentre os do QOA será utilizada a classificação do CHO.*

**Art. 5º.** A precedência funcional ocorrerá quando, em igualdade de posto ou graduação, o oficial ou a praça:

**I** - ocupar cargo ou função que lhe atribua superioridade funcional sobre os integrantes do órgão ou serviço que dirige, comanda ou chefia;

**II** - estiver no serviço ativo, em relação aos inativos.

#### **Comentário do Moral:**

- *Havendo precedência funcional, desprezar-se-á a antiguidade, pois em virtude da função, não obstante seja mais moderno, ele poderá passar determinações ao mais antigo.*

## **CAPÍTULO II**

### **Da Deontologia Policial-Militar**

#### **Seção I**

#### **Disposições Preliminares**

**Art. 6º.** A deontologia militar estadual é constituída pelos valores e deveres éticos, traduzidos em normas de conduta, que se impõem para que o exercício da profissão do militar estadual atinja plenamente os ideais de realização do bem comum, mediante:

#### **Comentário do Moral:**

- *O termo Deontologia surge das palavras gregas “déon, déontos” que significa dever e “lógos” que se traduz por discurso ou tratado. Sendo*



*assim, a deontologia seria o tratado do dever ou o conjunto de deveres, princípios e normas adotadas por um determinado grupo profissional. A deontologia é uma disciplina da ética especial adaptada ao exercício da uma profissão.*

- *Art.6º = Art.7º + Art.8º, ou seja, Deontologia é o resultado da soma dos valores fundamentais com os deveres dos militares.*

**I** - relativamente aos policiais militares, a preservação da ordem pública e a garantia dos poderes constituídos;

**II** - relativamente aos bombeiros militares, à proteção da pessoa, visando sua incolumidade em situações de risco, infortúnio ou de calamidade.

**§ 1º.** Aplicada aos componentes das Corporações Militares, independentemente de posto ou graduação, a deontologia policial-militar reúne princípios e valores úteis e lógicos a valores espirituais superiores, destinados a elevar a profissão do militar estadual à condição de missão.

#### **Comentário do Moral:**

- *O parágrafo enfatiza a deontologia policial-militar como algo a ser aplicado tanto a praças, como a oficiais.*

**§ 2º.** O militar do Estado prestará compromisso de honra, em caráter solene, afirmando a consciente aceitação dos valores e deveres militares e a firme disposição de bem cumpri-los.

#### **Comentário do Moral:**

- *Veja o que diz o texto do art. 49 do Estatuto Militar.*

*I. quando se tratar de praça:*

**a)** “Ao ingressar na Polícia Militar do Ceará, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à polícia ostensiva, à preservação da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida”.

## Seção II

### Dos Valores Militares Estaduais

**Art. 7º.** Os valores fundamentais, determinantes da moral militar estadual, são os seguintes:

#### **Comentário do Moral:**

➤ *Frase para decorar os 12 valores éticos:*

Hoje            **3 H** (*Hierarquia, Honra e Honestidade*)

Consigo       **3 C** (*Civismo, Constância e Coragem*)

Passar        **2 P** (*Patriotismo e Profissionalismo*)

Decidi        **2 D** (*Disciplina e Dignidade humana*)

Largar        **1 L** (*Lealdade*)

Vício         **1 V** (*Verdade real*)

I - o patriotismo;

II - o civismo;

#### **Comentário do Moral:**

➤ *Cuidado para não confundir CIVISMO com CIVILIDADE.*

**Art. 9º ...**

**§ 4º.** A civilidade é parte integrante da educação policial-militar, cabendo a superiores e subordinados atitudes de respeito e deferência mútuos.

**III** - a hierarquia;

**IV** - a disciplina;

#### **Comentário do Moral:**

- *Leia abaixo o conceito de Disciplina escrito no art. 9º desta lei:*

**Art.9º** A **disciplina** militar é o exato cumprimento dos deveres do militar estadual, traduzindo-se na rigorosa observância e acatamento integral das leis, regulamentos, normas e ordens, por parte de todos e de cada integrante da Corporação Militar.

**V** - o profissionalismo;

**VI** - a lealdade;

**VII** - a constância;

#### **Comentário do Moral:**

- Qualidade daquele que não falta a uma tarefa, dever, tratamento, aula etc.;
- Sinônimo de assiduidade, frequência.

**VIII** - a verdade real;

#### **Comentário do Moral:**

- *A verdade real é aquela que revela os fatos como eles realmente são.*
- *O nome é estranho, mas ele quer demonstrar que todas as partes do processo têm sua própria*

*verdade, mas apenas a verdade REAL deve prevalecer, e essa é a que o Militar possui.*

**IX** - a honra;

**X** - a dignidade humana;

#### **Comentário**

- *O princípio da dignidade da pessoa humana é um valor humano é dotado desse preceito, e tal constitui o princípio*

**XI** - a honestidade;

#### **Comentário do Moral:**

- *Convido você, meu aluno e futuro policial militar, a nunca se afastar desse valor.*

**XII** - a coragem.

#### **Concurso PM-2016**

**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

São considerados valores fundamentais, determinantes da moral militar estadual, o patriotismo, a lealdade, a saúde, a dignidade humana e a coragem.

**Gabarito (E)**

**Saúde não é um valor.**

### **Seção III**

#### **Dos Deveres Militares Estaduais**

**Art. 8º.** Os deveres éticos, emanados dos valores militares estaduais e que conduzem a atividade profissional sob o signo da retidão moral, são os seguintes:

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ São 36 incisos de deveres.</li><li>➤ Estão ligados tanto ao serviço militar, como também à vida pessoal do militar.</li></ul> |
|---|

**I** - cultivar os símbolos e as tradições da Pátria, do Estado do Ceará e da respectiva Corporação Militar e zelar por sua inviolabilidade;

**II** - cumprir os deveres de cidadão;

**III** - preservar a natureza e o meio ambiente;

**IV** - servir à comunidade, procurando, no exercício da suprema missão de preservar a ordem pública e de proteger a pessoa, promover, sempre, o bem estar comum, dentro da estrita observância das normas jurídicas e das disposições deste Código;

**V** - atuar com devotamento ao interesse público, colocando-o acima dos anseios particulares;

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Deve-se ao Princípio da Supremacia do interesse público.</li></ul> |
|--|

**VI** - atuar de forma disciplinada e disciplinadora, com respeito mútuo a superiores e a subordinados, e com preocupação para com a integridade física, moral e psíquica de todos os militares do Estado, inclusive dos agregados, envidando esforços para bem encaminhar a solução dos problemas surgidos;

**VII** - ser justo na apreciação de atos e méritos dos subordinados;

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- *A justiça deve prevalecer na análise de atos e méritos dos subordinados, por parte dos superiores hierárquicos.*

**VIII** - cumprir e fazer cumprir, dentro de suas atribuições legalmente definidas, a Constituição, as leis e as ordens legais das autoridades competentes, exercendo suas atividades com responsabilidade, incutindo este senso em seus subordinados;

**Comentário do Moral:**

- *Este inciso traz a definição de civismo, um dos valores éticos do Art. 7º.*

**IX** - dedicar-se em tempo integral ao serviço militar estadual, buscando, com todas as energias, o êxito e o aprimoramento técnico-profissional e moral;

**Comentário do Moral:**

- *Diferentemente de outras categorias profissionais, os Militares não possuem norma que regulamente a carga horária de trabalho semanal.*
- *Leia o que diz o art. 217 do Estatuto Militar:*

**Art. 217.** *Os militares estaduais são submetidos a regime de tempo integral de serviço, inerente à natureza da atividade militar estadual, inteiramente devotada às finalidades e missões fundamentais das Corporações Militares estaduais, sendo compensados através de sua remuneração normal.*

**X** - estar sempre disponível e preparado para as missões que desempenhe;

**Comentário do Moral:**

- *O militar é sempre um voluntário. Deve estar sempre pronto para cumprir ordem legal.*

**XI** - exercer as funções com integridade e equilíbrio, segundo os princípios que regem a administração pública, não sujeitando o cumprimento do dever a influências indevidas;

#### **Comentário do Moral:**

- *Os princípios que regem a Administração Pública estão expressos no caput do art. 37 da Constituição Federal, senão vejamos:*
- **Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência .

**XII** - procurar manter boas relações com outras categorias profissionais, conhecendo e respeitando-lhes os limites de competência, mas elevando o conceito e os padrões da própria profissão, zelando por sua competência e autoridade;

#### **Comentário do Moral:**

- *É comum a Polícia Militar atuar em parceria com outras categorias profissionais, tais como: DETRAN, CBM, AMC, GM, PRF, IBAMA, SEMACE, dentre outras, desta forma, deve o militar procurar agir dentro da legalidade e respeitando a competência de cada agente, gerando assim uma relação de aproximação com tais agentes, estreitando os laços.*

**XIII** - ser fiel na vida militar, cumprindo os compromissos relacionados às suas atribuições de agente público;

**XIV** - manter ânimo forte e fé na missão militar, mesmo diante das dificuldades, demonstrando persistência no trabalho para superá-las;

**XV** - zelar pelo bom nome da Instituição Militar e de seus componentes, aceitando seus valores e cumprindo seus deveres éticos e legais;

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <i>Respeite sempre a Instituição Polícia Militar. Trata-se de uma Instituição com quase duzentos anos de existência.</i></li><li>➤ <i>Por si só, ela é muito maior do que qualquer Militar.</i></li></ul>

**XVI** - manter ambiente de harmonia e camaradagem na vida profissional, solidarizando-se com os colegas nas dificuldades, ajudando-os no que esteja ao seu alcance;

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <i>A palavra CAMARADAGEM é definida no art. 9º desta lei.</i></li></ul> <p><i>Art. 9º</i></p> <p><i>§ 3º. A camaradagem é indispensável à formação e ao convívio do militar, incumbindo aos comandantes incentivar e manter a harmonia e a solidariedade entre os seus comandados, promovendo estímulos de aproximação e cordialidade.</i></p>

**XVII** - não pleitear para si, por meio de terceiros, cargo ou função que esteja sendo exercido por outro militar do Estado;



### **Comentário do Moral:**

- *Nada impede que o militar almeje qualquer cargo ou função, mesmo que esteja sendo ocupada por outro militar. No entanto, não deverá utilizar-se de outras pessoas para alcançá-las.*

**XVIII** - proceder de maneira ilibada na vida pública e particular;

### **Comentário do Moral:**

- *Ilibada é o mesmo que incorrupto, sem manchas.*
- *Muito ligado ao Princípio da Moralidade.*

**XIX** - conduzir-se de modo não subserviente, sem ferir os princípios de hierarquia, disciplina, respeito e decoro;

### **Comentário do Moral:**

- *Costumo dizer que esse inciso é do “Babão”. Esse inciso almeja inibir a figura do “Bajulador”.*
- *Ser subserviente é ser demasiadamente submisso.*
- *Subserviência e submissão são palavras que não fazem parte do comportamento dos militares.*
- *Não as confunda com SUBORDINAÇÃO, a qual está conceituada no art. 29 do Estatuto Militar. Leia abaixo:*

#### **Art. 29**

**§ 6º** *A subordinação não afeta, de nenhum modo, a dignidade do militar estadual e decorre, exclusivamente,*

*da estrutura hierarquizada e disciplinada da Corporação Militar.*

**XX** - abster-se do uso do posto, graduação ou cargo para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros, exercer sempre a função pública com honestidade, não aceitando vantagem indevida, de qualquer espécie;

**Comentário do Moral:**

- *Abster-se é negar, afastar-se, não compactuar.*

**XXI** - abster-se, ainda que na inatividade, do uso das designações hierárquicas em:

**a)** atividade político-partidária, salvo quando candidato a cargo eletivo;

**Comentário do Moral:**

- *Perceba que essa vedação também é para militar da inativa.*
- *Imagine o Moral sendo candidato a um cargo político. Por mais que você goste do Moral, não poderá expressar seu voto citando sua designação.*
- *Você **NÃO** poderá dizer:*
  - *Eu, Soldado Fulano, voto no Moral.*
- *Você poderá dizer:*
  - *Eu, Fulano, voto no Moral;*
  - *Eu, Soldado Fulano, sou candidato e peço seu voto.*

**b)** atividade comercial ou industrial;

c) pronunciamento público a respeito de assunto militar, salvo os de natureza técnica;

d) exercício de cargo ou função de natureza civil;

**Concurso PM-2016**

**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

Constitui dever ético do militar estadual, abster-se, ainda que na inatividade, do uso das designações hierárquicas em atividade comercial ou industrial.

**Gabarito (C)**

**Conforme letra da lei.**

**XXII** - prestar assistência moral e material ao lar, conduzindo-o como bom chefe de família;

**Comentário do Moral:**

- *O (a) Policial Militar deve ser exemplo em todos os setores de relacionamento social.*

**XXIII** - considerar a verdade, a legalidade e a responsabilidade como fundamentos de dignidade pessoal;

**Comentário do Moral:**

- *Não confunda FUNDAMENTOS DE DIGNIDADE PESSOAL com VALORES FUNDAMENTAIS.*
- *Fundamentos são 3.*
- *Valores são 12 (estão no art. 7º).*

**XXIV** - exercer a profissão sem discriminações ou restrições de ordem religiosa, política, racial ou de condição social;

### **Comentário do Moral:**

- *O policial militar deve ser imparcial.*
- *Não é aceito qualquer discriminação.*
- *Está ligado ao Princípio da Impessoalidade.*

**XXV** - atuar com prudência nas ocorrências militares, evitando exacerbá-las;

### **Comentário do Moral:**

- *O militar deverá pautar sua conduta pela estrita legalidade.*

**XXVI** - respeitar a integridade física, moral e psíquica da pessoa do preso ou de quem seja objeto de incriminação, evitando o uso desnecessário de violência;

### **Comentário do Moral:**

- *Sempre que o militar infringir esse dever, sem conseguir justificar tal infração, será considerada transgressão de natureza GRAVE.*
- *O uso da força faz parte do dia-a-dia da atividade policial. Nem todas as ocorrências são resolvidas por meio da verbalização ou negociação. Dessa forma, é imperioso estudar a legislação, a doutrina e os manuais de táticas e técnicas policiais que tratam do assunto.*
- *Veja o que diz o CPC- **Código de Processo Penal**:*

*Art. 284. Não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso.*

*Art. 292. Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o*

*auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas.*

**XXVII** - observar as normas de boa educação e de discrição nas atitudes, maneiras e na linguagem escrita ou falada;

**Comentário do Moral:**

- *Ex: Quando entrevistado, o militar deve evitar gírias.*

**XXVIII** - não solicitar publicidade ou provocá-lo visando a própria promoção pessoal;

**Comentário do Moral:**

- *Os atos do Policial Militar são atos do próprio Estado. Portanto, nada de pessoalizar a ocorrência.*
- *Trata-se um dever ligado ao Princípio da Impessoalidade.*

**XXIX** - observar os direitos e garantias fundamentais, agindo com isenção, equidade e absoluto respeito pelo ser humano, não se prevalecendo de sua condição de autoridade pública para a prática de arbitrariedade;

**Comentário do Moral:**

- *O militar deverá sempre respeitar os direitos e garantias fundamentais da dignidade da pessoa humana.*
- *Vale ressaltar que atentar contra esses direitos configura transgressão de natureza GRAVE.*

**XXX** - não usar meio ilícito na produção de trabalho intelectual ou em avaliação profissional, inclusive no âmbito do ensino;

**Comentário do Moral:**

- *Plágio: apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzido por outrem.*

**XXXI** - não abusar dos meios do Estado postos à sua disposição, nem distribuí-los a quem quer que seja, em detrimento dos fins da administração pública, coibindo, ainda, a transferência, para fins particulares, de tecnologia própria das funções militares;

**Comentário do Moral:**

- *A infringência desse dever, além de constituir transgressão disciplinar, configura um Ato de Improbidade Administrativa, tipificado na Lei de Improbidade Administrativa (L. 8.429/92), cuja punição vai desde a imposição de ressarcimento ao erário, até a perda da função pública.*

**XXXII** - atuar com eficiência e probidade, zelando pela economia e conservação dos bens públicos, cuja utilização lhe for confiada;

**Comentário do Moral:**

- *Eficiência é virtude ou característica do militar ser competente, produtivo, de conseguir o melhor rendimento com o mínimo de erros.*
- *Probidade significa retidão ou integridade de caráter; honestidade e honradez.*

- *Ligado intimamente ao Princípio da Moralidade.*

**XXXIII** - proteger as pessoas, o patrimônio e o meio ambiente com abnegação e desprendimento pessoal;

**XXXIV** - atuar onde estiver, mesmo não estando em serviço, para preservar a ordem pública ou prestar socorro, desde que não exista, naquele momento, força de serviço suficiente;

**Comentário do Moral:**

- *Mesmo no período de folga, o militar estadual tem obrigação de agir, desde que não exista naquele momento pessoal de serviço prestando tal apoio.*

**XXXV** - manter atualizado seu endereço residencial, em seus registros funcionais, comunicando qualquer mudança;

**Comentário do Moral:**

- *Qualquer mudança de endereço deverá ser comunicada à Corporação.*
- *Deixar de informar tal mudança configura transgressão de natureza LEVE.*

**XXXVI** – cumprir o expediente ou serviços ordinário e extraordinário, para os quais, nestes últimos, esteja nominalmente escalado, salvo impedimento de força maior.

**Comentário do Moral:**

- *Expedientes são reuniões periódicas para ratar de assuntos internos.*

- *Força maior é um evento previsível ou imprevisível, porém inevitável, decorrente das forças da natureza, como o raio, a tempestade etc.*
- *FALTAR ao expediente ou serviço configura transgressão de natureza GRAVE.*
- *CHEGAR ATRASADO ao expediente ou serviço configura transgressão de natureza LEVE.*

**§ 1º.** Ao militar do Estado em serviço ativo é vedado exercer atividade de segurança particular, comércio ou tomar parte da administração ou gerência de sociedade empresária ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista, cotista ou comanditário.

#### **Comentário do Moral:**

- *Perceba que se trata de uma vedação apenas para militares da ativa.*
- *O **acionista** é um sócio capitalista que participa na gestão da sociedade na mesma medida em que detém capital da mesma, tendo por isso, direitos de voto proporcionais à quantidade de ações que possui.*
- ***Cotista** é aquele que participa de uma despesa ou de uma empresa com cota(s).*
- ***Comanditário** é o sócio que, na sociedade em comandita, entra apenas com o dinheiro e não tem qualquer responsabilidade adicional.*

**§ 2º.** Compete aos Comandantes fiscalizar os subordinados que apresentarem sinais exteriores de riqueza, incompatíveis com a remuneração do respectivo cargo, provocando a instauração de procedimento criminal



e/ou administrativo necessário à comprovação da origem dos seus bens.

#### **Comentário do Moral:**

- *É dever dos Comandantes averiguar sinais exteriores de riqueza do militar, provocando investigações quanto a sua origem.*
- *Caso o superior não cumpra esse dever, cometerá transgressão de natureza GRAVE.*

**§ 3º.** Aos militares do Estado da ativa são proibidas manifestações coletivas sobre atos de superiores, de carácter reivindicatório e de cunho político-partidário, sujeitando-se as manifestações de carácter individual aos preceitos deste Código.

#### **Comentário do Moral:**

- *As manifestações coletivas não são vistas com bons olhos pelas instituições militares.*
- *Um simples abaixo-assinado pode ser interpretado como uma ofensa a esse dever.*
- *Há manifestações coletivas que são, inclusive, consideradas como crime, como é o caso do MOTIM, tipificado no art.149 do Código Penal Militar.*
- *Caso o militar queira se manifestar com relação a algum ato do superior, que o faça individualmente e com respeito aos preceitos deste Código.*

**§ 4º.** É assegurado ao militar do Estado inativo o direito de opinar sobre assunto político e externar pensamento e conceito ideológico, filosófico ou relativo à

matéria pertinente ao interesse público, devendo observar os preceitos da ética militar e preservar os valores militares em suas manifestações essenciais.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Disciplina Militar**

---

**Art. 9º.** A disciplina militar é o exato cumprimento dos deveres do militar estadual, traduzindo-se na rigorosa observância e acatamento integral das leis, regulamentos, normas e ordens, por parte de todos e de cada integrante da Corporação Militar.

**§ 1º.** São manifestações essenciais da disciplina:

**I** - a observância rigorosa das prescrições legais e regulamentares;

**II** - a obediência às ordens legais dos superiores;

**III** - o emprego de todas as energias em benefício do serviço;

**IV** - a correção de atitudes;

**V** - as manifestações espontâneas de acatamento dos valores e deveres éticos;

**VI** - a colaboração espontânea na disciplina coletiva e na eficiência da Instituição.

**§ 2º.** A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos, permanentemente, pelos militares do Estado, tanto no serviço ativo, quanto na inatividade.

**§ 3º.** A camaradagem é indispensável à formação e ao convívio do militar, incumbindo aos comandantes incentivar e manter a harmonia e a solidariedade entre os seus comandados, promovendo estímulos de aproximação e cordialidade.

### **Comentário do Moral:**

- *Esse parágrafo traz um dever aos comandantes.*
- *Lembrando que Camaradagem não é um valor fundamental.*

**§ 4º.** A civilidade é parte integrante da educação policial-militar, cabendo a superiores e subordinados atitudes de respeito e deferência mútuos.

### **Comentário do Moral:**

- *Civilidade é o respeito pelas normas de convívio entre os membros de uma sociedade organizada.*
- *Não confundir com CIVISMO que tem a ver com o respeito dessa mesma sociedade, mas, pelas instituições e pelas leis.*

**Art. 10.** As ordens legais devem ser prontamente acatadas e executadas, cabendo inteira responsabilidade à autoridade que as determinar.

### **Concurso PM-2016**

**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

O subordinado deve obedecer às ordens, ainda que manifestamente ilegais, respondendo o superior hierárquico pela ilegalidade.

**Gabarito (E)**

**O Militar jamais cumpre ordens ilegais.**

**§ 1º.** Quando a ordem parecer obscura, o subordinado, ao recebê-la, poderá solicitar que os

esclarecimentos necessários sejam oferecidos de maneira formal.

**Concurso PM-2016**

**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

Quando a ordem parecer obscura, o subordinado, ao recebê-la, poderá solicitar que os esclarecimentos necessários sejam oferecidos de maneira formal.

**Gabarito (C)**

**Conforme a letra da lei.**

**§ 2º.** Cabe ao executante que exorbitar no cumprimento da ordem recebida à responsabilidade pelo abuso ou excesso que cometer, salvo se o fato é cometido sob coação irresistível ou sob estreita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, quando só será punível o autor da coação ou da ordem.

**Comentário do Moral:**

- *O militar é responsável pelos seus atos. Veja o que diz o § 1º do art. 11 desta lei:*

**§ 1º.** O militar do Estado é responsável pelas decisões que tomar ou pelos atos que praticar, inclusive nas missões expressamente determinadas, bem como pela não observância ou falta de exação no cumprimento de seus deveres.

- *No entanto, existem duas exceções: cometer transgressão sob coação irresistível ou sob estreita obediência à ordem, não manifestamente ilegal.*

## CAPÍTULO IV

### Da Violação dos Valores, dos Deveres e da Disciplina

#### Seção I

#### Disposições Preliminares

**Art. 11.** A ofensa aos valores e aos deveres vulnera a disciplina militar, constituindo infração administrativa, penal ou civil, isolada ou cumulativamente.

#### **Comentário do Moral:**

- *A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.*
- *A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.*
- *A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.*

**§ 1º.** O militar do Estado é responsável pelas decisões que tomar ou pelos atos que praticar, inclusive nas missões expressamente determinadas, bem como pela não observância ou falta de exaço no cumprimento de seus deveres.

#### **Comentário do Moral:**

- *Falta de exaço significa falta de exatidão no cumprimento da ordem.*

**§ 2º.** O superior hierárquico responderá solidariamente, na esfera administrativo-disciplinar, incorrendo nas mesmas sanções da transgressão praticada por seu subordinado quando:

I - presenciar o cometimento da transgressão deixando de atuar para fazê-la cessar imediatamente;

**II** - concorrer diretamente, por ação ou omissão, para o cometimento da transgressão, mesmo não estando presente no local

**§ 3º.** A violação da disciplina militar será tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer.

**Concurso PM-2016**

**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

A violação da disciplina militar será tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer.

**Gabarito (C)**

**Conforme a letra da lei.**

**§4º** A disciplina e o comportamento do militar estadual estão sujeitos à fiscalização, disciplina e orientação pela Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, na forma da lei:

**I** - instaurar e realizar sindicância por suposta transgressão disciplinar que ofenda a incolumidade da pessoa e do patrimônio estranhos às estruturas das Corporações Militares do Estado;

**II** - receber sugestões e reclamações, dando a elas o devido encaminhamento, inclusive de denúncias que cheguem ao seu conhecimento, desde que diversas das previstas no inciso I deste parágrafo, bem como acompanhar as suas apurações e soluções;

**III** - requerer a instauração de conselho de justificação ou disciplina ou de processo administrativo-disciplinar, bem como acompanhar a sua apuração ou solução;

**IV** - realizar, inclusive por iniciativa própria, inspeções, vistorias, exames, investigações e auditorias administrativas nos estabelecimentos das Corporações Militares do Estado;

**V** - propor retificação de erros e exigir providências relativas a omissões e à eliminação de abuso de poder;

**VI** - requerer a instauração de inquérito policial ou policial militar, bem como acompanhar a sua apuração ou solução;

**VII** - realizar os serviços de correição, em caráter permanente ou extraordinário, nos procedimentos penais militares realizados pelas Corporações Militares Estaduais;

**VIII** - criar grupos de trabalho ou comissões, de caráter transitório, para atuar em projetos e programas específicos, contando com a participação de outros órgãos e entidades da Administração Pública do Estado.

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <i>As competências da Controladoria Geral de Disciplina estão expressas na Lei Complementar 98/2011.</i></p>

**§ 5º** Excepcionalmente, portaria do Secretário da Segurança Pública e Defesa Social poderá autorizar as Corporações Militares do Estado a instaurarem e realizarem sindicâncias de que trata o inciso I deste artigo, competindo à Controladoria-Geral acompanhar as suas apurações e soluções.

## **Seção II**

### **Da Transgressão Disciplinar**

**Art. 12.** Transgressão disciplinar é a infração administrativa caracterizada pela violação dos deveres

militares, cominando ao infrator as sanções previstas neste Código, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

**§ 1º.** As transgressões disciplinares compreendem:

**I** - todas as ações ou omissões contrárias à disciplina militar, especificadas no artigo seguinte, inclusive os crimes previstos nos Códigos Penal ou Penal Militar;

**II** - todas as ações ou omissões não especificadas no artigo seguinte, mas que também violem os valores e deveres militares.

**Concurso PM-2016**

**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

O rol de transgressões disciplinares previstas no Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará é exemplificativo, podendo outros fatos não expressamente previstos caracterizar uma transgressão disciplinar.

**Gabarito (C)**

**Perceba que o inciso II do presente artigo revela a possibilidade de outras atitudes, embora não relacionadas nas legislações expressamente, poderão ser consideradas com infrações ao decoro militar.**

**§ 2º.** As transgressões disciplinares previstas nos itens I e II do parágrafo anterior, serão classificadas como graves, desde que venham a ser:

**I** - atentatórias aos Poderes Constituídos, às instituições ou ao Estado;

**II** - atentatórias aos direitos humanos fundamentais;

**III** - de natureza desonrosa.

**Comentário do Moral:**



- *As transgressões de natureza grave tiveram sua classificação baseadas nesses três incisos.*

**§ 3º.** As transgressões previstas no inciso II do § 1º e não enquadráveis em algum dos itens do § 2º, deste artigo, serão classificadas pela autoridade competente como médias ou leves, consideradas as circunstâncias do fato.

**§ 4º.** Ao militar do Estado, aluno de curso militar, aplica-se, no que concerne à disciplina, além do previsto neste Código, subsidiariamente, o disposto nos regulamentos próprios dos estabelecimentos de ensino onde estiver matriculado.

#### **Comentário do Moral:**

- *A Academia Estadual de Segurança Pública (local onde você fará o curso de formação) possui suas próprias regras disciplinares. Esse parágrafo também é citado no Estatuto Militar.*

**§ 5º.** A aplicação das penas disciplinares previstas neste Código independe do resultado de eventual ação penal ou cível.

#### **Comentário do Moral:**

- *Temos aqui a independência das instâncias punitivas. As esferas administrativa, penal e civil são independentes e, portanto, a punição ou a absolvição não estão atreladas a resultado de outra esfera.*

**Art. 13.** As transgressões disciplinares são classificadas, de acordo com sua gravidade, em graves (G), médias (M) e leves (L), conforme disposto neste artigo.

### **Comentário do Moral:**

- *Trata-se de um conjunto exemplificativo de transgressões.*
- *Caso a banca afirme que o conjunto de transgressões, citado nesse artigo, seja exaustivo ou taxativo, tal afirmativa está errada.*
- *Aqui, você encontrará 58 transgressões de natureza G, 58 transgressões de natureza M e 27 transgressões de natureza L, perfazendo um total de 143 incisos de transgressões.*

### **§ 1º São transgressões disciplinares graves:**

**I** - desconsiderar os direitos constitucionais da pessoa no ato da prisão (G);

**II** - usar de força desnecessária no atendimento de ocorrência ou no ato de efetuar prisão (G);

**III** - deixar de providenciar para que seja garantida a integridade física das pessoas que prender ou detiver (G);

**IV** - agredir física, moral ou psicologicamente preso sob sua guarda ou permitir que outros o façam (G);

**V** - permitir que o preso, sob sua guarda, conserve em seu poder instrumentos ou outros objetos proibidos, com que possa ferir a si próprio ou a outrem (G);

### **Comentário do Moral:**

- *Temos, nesses incisos citados, o desrespeito aos incisos II e III do Art. 12.*

**VI** - faltar com a verdade (G);

### **Comentário do Moral:**

- *A VERDADE é um dos fundamentos da Dignidade Pessoal do Militar.*
- *A VERDADE REAL é um Valor Fundamental.*

**VII** - ameaçar, induzir ou instigar alguém para que não declare a verdade em procedimento administrativo, civil ou penal (G);

**VIII** - utilizar-se do anonimato para fins ilícitos (G);

**IX** - envolver, indevidamente, o nome de outrem para esquivar-se de responsabilidade (G);

**Comentário do Moral:**

- *Vale lembrar que aqui o militar já começa faltando com a verdade. Certamente, a intensidade da punição será maior.*

**X** - publicar, divulgar ou contribuir para a divulgação irrestrita de fatos, documentos ou assuntos administrativos ou técnicos de natureza militar ou judiciária, que possam concorrer para o desprestígio da Corporação Militar (G):

**Comentário do Moral:**

- *Muito parecido com o inciso LVI – divulgar, permitir ou concorrer para a divulgação irrestrita de fato ou documento de interesse da administração pública com classificação sigilosa (G).*

**XI** - liberar preso ou detido ou dispensar parte de ocorrência sem competência legal para tanto (G);

**Comentário do Moral:**

- *Cometerá abuso de poder.*

**XII** - receber vantagem de pessoa interessada no caso de furto, roubo, objeto achado ou qualquer outro tipo de ocorrência ou procurá-la para solicitar vantagem (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <i>Além de transgressão, esse tipo de conduta é um crime tipificado em Código Penal como corrupção passiva.</i></p> |
|--|

**XIII** - receber ou permitir que seu subordinado receba, em razão da função pública, qualquer objeto ou valor, mesmo quando oferecido pelo proprietário ou responsável (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <p>➤ <i>É comum a população querer agradar o militar com “presentes” pelo trabalho executado. No entanto, vale ressaltar que essa mesma população já paga por tal serviço, através dos impostos.</i></p> <p>➤ <i>Essa transgressão também é considerada como crime de corrupção passiva prevista no art. 317 do código penal.</i></p> |
|---|

**XIV** - apropriar-se de bens pertencentes ao patrimônio público ou particular (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <i>Considerado crime de Peculato, no caso de patrimônio público; e crime de furto, apropriação indébita, dentre outros, no caso de patrimônio particular.</i></p> |
|--|

**XV** - empregar subordinado ou servidor civil, ou desviar qualquer meio material ou financeiro sob sua responsabilidade ou não, para a execução de atividades

diversas daquelas para as quais foram destinadas, em proveito próprio ou de outrem (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <i>Vale lembrar que é dever do subordinado negar-se a executar ordem manifestamente ilegal, podendo representar contra o superior.</i></li><li>➤ <i>Superior que ordena subordinado a buscar o filho no colégio.</i></li></ul>

**XVI** - provocar desfalques ou deixar de adotar providências, na esfera de suas atribuições, para evitá-los (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <i>Ocorre quando o militar desvia bens da administração pública ou valor pecuniário ou não toma as providências para evita-lo.</i></li></ul>

**XVII** - utilizar-se da condição de militar do Estado para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <i>Vale lembra o que diz o inciso XX do art. 8º desta lei:</i></li><li>➤ <b>XX</b> - <i>abster-se do uso do posto, graduação ou cargo para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros, exercer sempre a função pública com honestidade, não aceitando vantagem indevida, de qualquer espécie;</i></li></ul>

**XVIII** - dar, receber ou pedir gratificação ou presente com finalidade de retardar, apressar ou obter solução favorável em qualquer ato de serviço (G);

**XIX** - fazer, diretamente ou por intermédio de outrem, agiotagem ou transação pecuniária envolvendo assunto de serviço, bens da administração pública ou material cuja comercialização seja proibida (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <i>Agiotagem é considerada crime de <u>USURA</u> previsto na Lei Nº 1.521/51 que trata sobre os crimes contra a economia popular.</i></p>



**XX** - exercer, o militar do Estado em serviço ativo, a função de segurança particular ou administrar ou manter vínculo de qualquer natureza com empresa do ramo de segurança ou vigilância (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <i><b>Perceba que essa restrição é para militar da ATIVA. Tal inciso proíbe ao militar qualquer vínculo com empresas do ramo de segurança ou vigilância.</b></i></p>



**XXI** - exercer qualquer atividade estranha à Instituição Militar com prejuízo do serviço ou com emprego de meios do Estado ou manter vínculo de qualquer natureza com organização voltada para a prática de atividade tipificada como contravenção ou crime(G);

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <i><b>Esse inciso é bastante claro em dizer que só haverá transgressão caso haja prejuízo do serviço ou com emprego de meios do Estado.</b></i></p>

**XXII** - exercer, o militar do Estado em serviço ativo, o comércio ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade empresária ou dela ser sócio, exceto como acionista, cotista ou comanditário (G);

**Comentário do Moral:**

- ***Um cotista possui parte de uma empresa através da detenção de ações (cotas), enquanto um acionista está interessado no desempenho de uma empresa por outros motivos para além apenas da apreciação das ações***
- ***É sócio comanditário aquele que, na sociedade em comandita, entra apenas com o dinheiro e não tem qualquer responsabilidade adicional.***

**XXIII** - deixar de fiscalizar o subordinado que apresentar sinais exteriores de riqueza, incompatíveis com a remuneração do cargo (G);

**Comentário do Moral:**

- ***É dever dos comandantes observar seus subordinados quanto ao enriquecimento destes.***

**XXIV** - não cumprir, sem justo motivo, a execução de qualquer ordem legal recebida (G);

**Comentário do Moral:**

- ***Observe essa comparação com a transgressão de natureza média:***  
***VII - retardar, sem justo motivo, a execução de qualquer ordem legal recebida (M);***
  - ***Dica: Não cumprir é GRAVE. Retardar é MÉDIA***

**XXV** - dar, por escrito ou verbalmente, ordem manifestamente ilegal que possa acarretar responsabilidade ao subordinado, ainda que não chegue a ser cumprida (G);

**Comentário do Moral:**

- *Aqui, basta que a ordem seja proferida.*
- *Vale ressaltar que, mesmo que a ordem não seja executada, o simples fato de ordená-la já configura transgressão, pois é obrigação de todos os militares saberem distinguir o que é legal, do que é ilegal.*

**XXVI** - deixar de assumir a responsabilidade de seus atos ou pelos praticados por subordinados que agirem em cumprimento de sua ordem (G);

**Comentário do Moral:**

- *Para evitar esse tipo de constrangimento, é dado o direito ao subordinado requisitar do superior por escrito a ordem que achar manifestamente ilegal.*

**XXVII** - aconselhar ou concorrer para não ser cumprida qualquer ordem legal de autoridade competente, ou serviço, ou para que seja retardada, prejudicada ou embaraçada a sua execução (G);

**Comentário do Moral:**

- *Vimos que faltar ao serviço ou ao expediente são considerados transgressões Graves.*
- *Perceba que aconselhar ou concorrer para essa falta também são transgressões graves.*



**XXVIII** - dirigir-se, referir-se ou responder a superior de modo desrespeitoso (G);

**XXIX** - reprimir ato legal de superior ou procurar desconsiderá-lo (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Desconsiderar superior é <u>GRAVE</u>.</i></b></li><li>➤ <b><i>Desacreditar superior ou subordinado é <u>MÉDIA</u> (Inciso IX).</i></b></li></ul> |
|---|

**XXX** - ofender, provocar ou desafiar superior, igual ou subordinado hierárquico ou qualquer pessoa, estando ou não de serviço (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Atente para “qualquer pessoa, estando ou não de serviço”.</i></b></li></ul> |
|---|

**XXXI** - promover ou participar de luta corporal com superior, igual, ou subordinado hierárquico (G);

**XXXII** - ofender a moral e os bons costumes por atos, palavras ou gestos (G);

**XXXIII** - desconsiderar ou desrespeitar, em público ou pela imprensa, os atos ou decisões das autoridades civis ou dos órgãos dos Poderes Constituídos ou de qualquer de seus representantes (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Desconsiderar superior é <u>GRAVE</u>.</i></b></li><li>➤ <b><i>Desacreditar superior ou subordinado é <u>MÉDIA</u> (Inciso IX).</i></b></li></ul> |
|---|

**XXXIV** - desrespeitar, desconsiderar ou ofender pessoa por palavras, atos ou gestos, no atendimento de ocorrência militar ou em outras situações de serviço (G);

**XXXV** - evadir-se ou tentar evadir-se de escolta, bem como resistir a ela (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Podemos citar como exemplo mais comum o militar que está sendo conduzido por conta de um recolhimento transitório e dele tenta fugir.</i></b></p> |
|--|

**XXXVI** - tendo conhecimento de transgressão disciplinar, deixar de apurá-la (G);

**XXXVII** - deixar de comunicar ao superior imediato ou, na ausência deste, a qualquer autoridade superior toda informação que tiver sobre iminente perturbação da ordem pública ou grave alteração do serviço ou de sua marcha, logo que tenha conhecimento (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Conduta classificada como prevaricação ou omissão praticada por quem deveria apurar a transgressão, ou seja, crime.</i></b></p> |
|--|

**XXXVIII** - omitir, em boletim de ocorrência, relatório ou qualquer documento, dados indispensáveis ao esclarecimento dos fatos (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <p>➤ <b><i>Conduta classificada como omissão praticada por quem deveria preencher o documento mencionado.</i></b></p> |
|---|

**XXXIX** - subtrair, extraviar, danificar ou inutilizar documentos de interesse da administração pública ou de terceiros (G);

**XL** - deixar de assumir, orientar ou auxiliar o atendimento de ocorrência, quando esta, por sua natureza ou amplitude, assim o exigir (G);

**XLI** - passar a ausente (G);

**Comentário do Moral:**

- ***De acordo com o EMECE, art. 176. É considerado ausente o militar estadual que por mais de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas:***
  - I - deixar de comparecer a sua Organização Militar Estadual, sem comunicar qualquer motivo de impedimento;***
  - II - ausentar-se, sem licença, da Organização Militar Estadual onde serve ou local onde deve permanecer.***

**XLII** - abandonar serviço para o qual tenha sido designado ou recusar-se a executá-lo na forma determinada (G);

**XLIII** - faltar ao expediente ou ao serviço para o qual esteja nominalmente escalado (G);

**Comentário do Moral:**

- ***Abandonar ou faltar serviço ou expediente são GRAVES.***
- ***Faltar ou retirar-se de qualquer ato em que deva tomar parte ou assistir são MÉDIAS.***
- ***Chegar atrasado é LEVE.***

**Concurso PM-2016**

**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

**Faltar ao expediente ou ao serviço para o qual esteja nominalmente escalado é considerado transgressão disciplinar grave.**

**Gabarito (C)**

**Conforme letra da lei.**

**XLIV** - afastar-se, quando em atividade militar com veículo automotor, aeronave, embarcação ou a pé, da área em que deveria permanecer ou não cumprir roteiro de patrulhamento predeterminado (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Sair do perímetro de atuação.</i></b></li><li>➤ <b><i>Quando estiver na viatura, só saia do seu perímetro de atuação, para dar apoio, com a devida autorização.</i></b></li></ul>



**XLV** - dormir em serviço de policiamento, vigilância ou segurança de pessoas ou instalações, salvo quando autorizado (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Dormir em serviço de policiamento é <u>GRAVE</u>.</i></b></li><li>➤ <b><i>Dormir em serviço (sem a questão citar mais nada) é <u>MÉDIA</u>.</i></b></li><li>➤ <b><i>Permanecer deitado é <u>LEVE</u>.</i></b></li><li>➤ <b><i>Vale lembrar que, caso o militar tenha autorização, não haverá transgressão.</i></b></li></ul>



**XLVI** - fazer uso, estar sob ação ou induzir outrem ao uso de substância proibida, entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, ou introduzi-las em local sob administração militar (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Os verbos são <u>USAR</u> ou <u>INFLUENCIAR ao uso</u>.</i></b></li></ul>



**XLVII** - ingerir bebida alcoólica quando em serviço ou apresentar-se alcoolizado para prestá-lo (G);

**XLVIII** - portar ou possuir arma em desacordo com as normas vigentes (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <i>Ao militar é dado o direito do porte da arma, devendo ser registrada em seu nome.</i></p>



**XLIX** - andar ostensivamente armado, em trajes civis, não se achando de serviço (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <i>Apesar de ter direito ao porte de arma, o militar deverá fazê-lo de forma discreta.</i></p>



**L** - disparar arma por imprudência, negligência, imperícia, ou desnecessariamente (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <i>São 4 as condições do militar cometer essa transgressão:</i></p> <p><u><b>1. Por imprudência:</b></u></p> <p><i>Na imprudência há a ação, no entanto, de forma precipitada e sem cautela, diversa daquela esperada.</i></p> <p><u><b>2. Por negligência:</b></u></p> <p><i>Deixa de tomar uma atitude ou apresentar conduta que era esperada para a situação. Age com descuido, indiferença ou desatenção, não tomando as devidas precauções.</i></p> <p><u><b>3. Por imperícia:</b></u></p> <p><i>Há a inaptidão, a falta de qualificação técnica, teórica ou prática.</i></p> <p><u><b>4. Desnecessariamente:</b></u></p> <p><i>Mesmo que não se constate imperícia, negligência ou imprudência, o disparo da arma não seria necessário.</i></p>

**LI** - não obedecer às regras básicas de segurança ou não ter cautela na guarda de arma própria ou sob sua responsabilidade (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>O militar deverá utilizar sua arma de forma responsável. Deverá armazená-la em local seguro, longe de crianças.</i></b></p> |
|--|

**LII** - dirigir viatura ou pilotar aeronave ou embarcação policial com imperícia, negligência, imprudência ou sem habilitação legal (G);

**LIII** - retirar ou tentar retirar de local, sob administração militar, material, viatura, aeronave, embarcação ou animal, ou mesmo deles servir-se, sem ordem do responsável ou proprietário (G);

**LIV** - entrar, sair ou tentar fazê-lo, de Organização Militar, com tropa, sem prévio conhecimento da autoridade competente, salvo para fins de instrução autorizada pelo comando (G);

**LV** - frequentar ou fazer parte de sindicatos, associações profissionais com caráter de sindicato, ou de associações cujos estatutos não estejam de conformidade com a lei (G);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Essa vedação está expressa no art. 215 do Estatuto Militar.</i></b></p> |
|--|

**Art.215.** Ao militar estadual são proibidas a sindicalização e a greve.

**§1º** O militar estadual poderá fazer parte de associações sem qualquer natureza sindical ou político-partidária, desde que não haja prejuízo do exercício do respectivo cargo ou função militar que ocupe na ativa, salvo aqueles que estejam amparados pelo art. 169 combinado com o art. 176, § 13, da Constituição do Estado do Ceará

**LVI** - divulgar, permitir ou concorrer para a divulgação indevida de fato ou documento de interesse da administração pública com classificação sigilosa (G);

**Comentário do Moral:**

- ***O inciso X fala da divulgação de documentos ou fatos que possam causar desprestígio da Corporação. Aqui, temos a divulgação de fatos ou documentos sigilosos.***

**LVII** - comparecer ou tomar parte de movimento reivindicatório, no qual os participantes portem qualquer tipo de armamento, ou participar de greve (G);

**Comentário do Moral:**

- ***Se os participantes portarem arma é GRAVE.***
- ***Se os participantes não portarem arma é MÉDIA (Inciso XXXIII).***
- ***É causa de expulsão da praça, conforme o texto do art. 24 desta lei, veja***

**Art. 24** A expulsão será aplicada, mediante processo regular, à praça que...

**Parágrafo único.** A participação em greve ou em passeatas, com uso de arma, ainda que por parte de terceiros, configura ato atentatório contra a segurança das instituições nacionais.

**LVIII** - ferir a hierarquia ou a disciplina, de modo comprometedor para a segurança da sociedade e do Estado (G).

**§ 2º. São transgressões disciplinares médias:**

**I** - reter o preso, a vítima, as testemunhas ou partes não definidas por mais tempo que o necessário para a solução do procedimento policial, administrativo ou penal (M);

**II** - espalhar boatos ou notícias tendenciosas em prejuízo da boa ordem civil ou militar ou do bom nome da Corporação Militar (M);

**III** - provocar ou fazer-se, voluntariamente, causa ou origem de alarmes injustificados (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Muito parecido com o inciso II. Como ambos são transgressões de natureza média, não teremos problemas de classificá-los corretamente.</i></b></p> |
|--|

**IV** - concorrer para a discórdia, desarmonia ou cultivar inimizade entre companheiros (M);

**V** - entender-se com o preso, de forma velada, ou deixar que alguém o faça, sem autorização de autoridade competente (M);

**VI** - contrair dívida ou assumir compromisso superior às suas possibilidades, desde que venha a expor o nome da Corporação Militar (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b>O Art. 8º. cita os deveres dos militares, dentre eles:</b></p> |
|--|

**II** - cumprir os deveres de cidadão.

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Só será considerado transgressão se expor o nome da Corporação.</i></b></p> |
|--|

**VII** - retardar, sem justo motivo, a execução de qualquer ordem legal recebida (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <p>➤ <b><i>Retardar a execução é <u>MÉDIA</u>.</i></b></p> <p>➤ <b><i>Não cumprir a execução é <u>GRAVE</u>. (Inciso XXIV).</i></b></p> |
|---|

<b>Concurso PM-2016</b>
-------------------------



**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

Segundo o Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, constitui infração grave retardar, sem justo motivo, a execução de qualquer ordem legal recebida.

**Gabarito (E)**

**VIII** - interferir na administração de serviço ou na execução de ordem ou missão sem ter a devida competência para tal (M);

**IX** - procurar desacreditar seu superior ou subordinado hierárquico (M);

Comentário do Moral:
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Desconsiderar superior é <u>GRAVE</u>.</i></b></li><li>➤ <b><i>Desacreditar superior ou subordinado é <u>MÉDIA</u>.</i></b></li></ul>

**X** - deixar de prestar a superior hierárquico continência ou outros sinais de honra e respeito previstos em regulamento (M);

**XI** - deixar de corresponder a cumprimento de seu subordinado (M);

Comentário do Moral:
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Continência é a saudação militar e uma das maneiras de manifestar respeito e apreço aos seus superiores, pares, subordinados e símbolos.</i></b></li><li>➤ <b><i>O subordinado por questão de educação é obrigado a cumprimentar seu superior, que por sua vez é obrigado a responder.</i></b></li><li>➤ <b><i>O cumprimento militar é a continência que é semelhante ao bom dia, boa tarde, boa noite.</i></b></li></ul>

**XII** - deixar de exibir, estando ou não uniformizado, documento de identidade funcional ou recusar-se a declarar seus dados de identificação quando lhe for exigido por autoridade competente (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Em várias situações a lei obriga o militar a se apresentar através de sua identidade funcional. Caso seja solicitada a identificação, por qualquer autoridade, é a funcional que deve ser apresentada.***
- ***Também há direitos dos militares que só serão dados caso seja apresentado o documento funcional.***

**Estatuto Militar Art. 52.**

**XXVI** - fica assegurado ao Militar Estadual da ativa, quando fardado e mediante a apresentação de sua identidade militar, acesso gratuito aos transportes rodoviários coletivos intermunicipais, ficando estabelecida a cota máxima de 02 (dois) militares por veículo

**XIII** - deixar de fazer a devida comunicação disciplinar (M);

**Comentário do Moral:**

- ***A comunicação é um ato do superior hierárquico sem competência para processar e punir o subordinado. Deverá, então, levar o caso à autoridade competente.***
- ***O mesmo responsável pela comunicação, ao fazê-la, deverá ter cuidado com o inciso XXIII deste parágrafo.***
- ***É um tipo de Procedimento Disciplinar que está expresso no art. 28 desta lei.***

**XIV** - deixar de punir o transgressor da disciplina, salvo se houver causa de justificação (M);

**Comentário do Moral:**

- ***O superior tem obrigação de fiscalizar o subordinado e se for autoridade competente deverá punir os transgressores da disciplina.***
- ***O art. 34 desta lei conceitua Causas de Justificação.***

**XV** - não levar fato ilegal ou irregularidade que presenciar ou de que tiver ciência, e não lhe couber reprimir, ao conhecimento da autoridade para isso competente (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Muito parecido com o inciso XXIII deste parágrafo, no entanto, esse inciso é mais voltado para o subordinado que presenciar tais acontecimentos.***

**XVI** - deixar de manifestar-se nos processos que lhe forem encaminhados, exceto nos casos de suspeição ou impedimento, ou de absoluta falta de elementos, hipótese em que essas circunstâncias serão declaradas (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Perceba que há uma exceção para a obrigatoriedade da manifestação do militar nos processos.***
- ***Suspeição ou impedimento são situações, mencionadas em lei que impedem os juízes, promotores, advogados, ou qualquer outro auxiliar da justiça, de funcionar em determinado processo, no caso de haver dúvida***

***quanto à imparcialidade e independência com que devem ter.***

**XVII** - deixar de encaminhar à autoridade competente, no mais curto prazo e pela via hierárquica, documento ou processo que receber, se não for de sua alçada a solução (M);

**XVIII** - trabalhar mal, intencionalmente ou por desídia, em qualquer serviço, instrução ou missão (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Desídia é a ausência de atenção ou cuidado. É agir com desleixo.***

**XIX** - retardar ou prejudicar o serviço de polícia judiciária militar que deva promover ou em que esteja investido (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Na apuração do cometimento de crimes militares, a Polícia Militar estará exercendo a atividade de Polícia Judiciária Militar.***
- ***Essa atividade está expressa no art. 2º do Estatuto Militar.***

**XX** - desrespeitar medidas gerais de ordem militar, judiciária ou administrativa, ou embaraçar sua execução (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Este código disciplinar cita 4 vezes o verbo “Desrespeitar”.***
- ***Nos incisos XXXIII e XXXIV, do parágrafo primeiro, são GRAVES.***
- ***Nos incisos XX e XXXV, deste parágrafo, são MÉDIAS.***

**XXI** - não ter, pelo preparo próprio ou de seus subordinados ou instruendos, a dedicação imposta pelo sentimento do dever (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Instruendo é aquele que está recebendo instrução.</i></b></p> |
|--|

**XXII** - causar ou contribuir para a ocorrência de acidente de serviço ou instrução (M);

**XXIII** - apresentar comunicação disciplinar ou representação sem fundamento ou interpor recurso disciplinar sem observar as prescrições regulamentares (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <p>➤ <b><i>É dever do militar, como cita no inciso XIII deste parágrafo, fazer a devida comunicação. No entanto, deverá fazê-la com fundamentação.</i></b></p> <p>➤ <b><i>Os Recursos Disciplinares são citados no Art. 56, onde estão prescritas instruções a cerca de como utilizá-las. Não serão aceitos recursos fora do prazo, nem com intuito de apenas com a intenção de retardar o cumprimento da sanção.</i></b></p> |
|---|

**XXIV** - dificultar ao subordinado o oferecimento de representação ou o exercício do direito de petição (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <p>➤ <b><i>Representação é toda comunicação que se referir a ato praticado ou aprovado por superior hierárquico ou funcional, que se repute irregular, ofensivo, injusto ou ilegal.</i></b></p> |
|---|

**XXV** - faltar a qualquer ato em que deva tomar parte ou assistir, ou ainda, retirar-se antes de seu encerramento sem a devida autorização (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Leia o inciso XLIII do § 1º e os incisos XXV e LIV do § 2º.</i></b></p> |
|--|

**XXVI** - afastar-se de qualquer lugar em que deva estar por força de dispositivo ou ordem legal (M);

**XXVII** - permutar serviço sem permissão da autoridade competente (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Permuta é a troca de serviço que os militares, desde que autorizados, podem fazer.</i></b></p> <p>➤ <b><i>Ex: Militar A, que estava de folga, trabalha no lugar de B. Depois, militar B, em sua folga, trabalhará no lugar de A</i></b></p> |
|--|

**XXVIII** - simular doença para esquivar-se ao cumprimento do dever (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Normalmente, essa transgressão serve de agravante do inciso VI do § 1º - Faltar com a verdade.</i></b></p> <p>➤ <b><i>Simular é o mesmo que inventar.</i></b></p> |
|--|

**XXIX** - deixar de se apresentar às autoridades competentes nos casos de movimentação ou quando designado para comissão ou serviço extraordinário (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Quando o militar for escalado para qualquer atividade extra, deverá se apresentar à autoridade competente para dar ciência de sua presença.</i></b></p> |
|--|

**XXX** - não se apresentar ao seu superior imediato ao término de qualquer afastamento do serviço ou, ainda, logo que souber que o mesmo tenha sido interrompido ou suspenso (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Os arts. 59 e 60 do Estatuto Militar tratam dos afastamentos.</i></b></li><li>➤ <b><i>Sempre após esses períodos, é dever do militar apresentar-se ao seu superior dando ciência de tal fato sob o risco de ser considerado ausente.</i></b></li></ul>

**XXXI** - dormir em serviço, salvo quando autorizado (M);

**XXXII** - introduzir bebidas alcoólicas em local sob administração militar, salvo se devidamente autorizado (M);

**XXXIII** - comparecer ou tomar parte de movimento reivindicatório, no qual os participantes não portem qualquer tipo de armamento, que possa concorrer para o desprestígio da corporação militar ou ferir a hierarquia e a disciplina;

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Se os participantes portarem arma é <u>GRAVE</u>. (Inciso LVII).</i></b></li><li>➤ <b><i>Se os participantes não portarem arma é <u>MÉDIA</u>.</i></b></li></ul>

**XXXIV** - ter em seu poder, introduzir, ou distribuir em local sob administração militar, substância ou material inflamável ou explosivo sem permissão da autoridade competente (M);

**XXXV** - desrespeitar regras de trânsito, de tráfego aéreo ou de navegação marítima, lacustre ou fluvial, salvo quando essencial ao atendimento de ocorrência emergencial (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>É possível que o motorista da viatura infrinja as regras de trânsito, desde que esteja em situação de emergência.</i></b></li><li>➤ <b><i>Navegação marítima: relativo ao mar;</i></b></li><li>➤ <b><i>Lacustre: relativo ao lago;</i></b></li><li>➤ <b><i>Fluvial: relativo ao rio.</i></b></li></ul> |
|--|

**XXXVI** - autorizar, promover ou executar manobras perigosas com viaturas, aeronaves, embarcações ou animais, salvo quando essencial ao atendimento de ocorrência emergencial (M);

**XXXVII** - não ter o devido zelo, danificar, extraviar ou inutilizar, por ação ou omissão, bens ou animais pertencentes ao patrimônio público ou particular, que estejam ou não sob sua responsabilidade (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>A fora a responsabilidade administrativa, haverá a responsabilidade civil, tendo que indenizar o Estado por Danos ao Patrimônio Público.</i></b></li></ul> |
|--|

**XXXVIII** - negar-se a utilizar ou a receber do Estado fardamento, armamento, equipamento ou bens que lhe sejam destinados ou devam ficar em seu poder ou sob sua responsabilidade (M);

**XXXIX** - deixar o responsável pela segurança da Organização Militar de cumprir as prescrições regulamentares com respeito à entrada, saída e permanência de pessoa estranha (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>As unidades e subunidades militares possuem regras de entrada, circulação e saída de suas dependências.</i></b></li></ul> |
|---|



- ***O cuidado é necessário, pois se trata de ambiente onde existem materiais bélicos, equipamentos de proteção pessoal, pessoas presas, etc.***
- ***Essa transgressão está ligada ao militar responsável pela segurança do prédio militar.***

**XL** - permitir que pessoa não autorizada adentre prédio ou local interditado (M);

**XLI** - deixar, ao entrar ou sair de Organização Militar onde não sirva, de dar ciência da sua presença ao Oficial-de-Dia ou de serviço e, em seguida, se oficial, de procurar o comandante ou o oficial de posto mais elevado ou seu substituto legal para expor a razão de sua presença, salvo as exceções regulamentares previstas (M);

#### **Comentário do Moral:**

- ***Esse inciso complementa o inciso XXXIX deste parágrafo.***
- ***Essa transgressão está ligada ao militar que deixa de atentar às regras nos estabelecimentos militares.***

**XLII** - adentrar, sem permissão ou ordem, aposentos destinados a superior ou onde este se encontre, bem como qualquer outro lugar cuja entrada lhe seja vedada (M);

**XLIII** - abrir ou tentar abrir qualquer dependência da Organização Militar, desde que não seja a autoridade competente ou sem sua ordem, salvo em situações de emergência (M);

**XLIV** - permanecer em dependência de outra Organização Militar ou local de serviço sem consentimento ou ordem da autoridade competente (M);

#### **Comentário do Moral:**

- ***Enquanto o inciso XLI deste parágrafo trata da entrada e da saída em outra OM,***

***este inciso vai tratar da permanência do militar, também sem o consentimento.***

- ***Permanecer em dependência de outra Organização Militar é MÉDIA.***
- ***Permanecer em dependência da própria Organização Militar é LEVE. (Inciso XVIII).***
- ***Vale ressaltar que só serão transgressões se permanecerem sem autorização***

**XLV** - deixar de exibir a superior hierárquico, quando por ele solicitado, objeto ou volume, ao entrar ou sair de qualquer Organização Militar (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Trata-se de um procedimento corriqueiro realizado pelo corpo da guarda das corporações.***

**XLVI** - apresentar-se, em qualquer situação, mal uniformizado, com o uniforme alterado ou diferente do previsto, contrariando o Regulamento de Uniformes da Corporação Militar ou norma a respeito (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Trata-se de uma preocupação com aspecto visual do militar.***

**XLVII** - usar no uniforme insígnia, medalha, condecoração ou distintivo, não regulamentares ou de forma indevida (M);

**Comentário do Moral:**

- ***O decreto de nº 18.063/1986, com alterações pela portaria de nº 094/2013, regula o uso dos uniformes da Polícia Militar.***

- ***Insígnia é utilizada para diferenciar as diversas graduações e postos.***

**XLVIII** - comparecer, uniformizado, a manifestações ou reuniões de caráter político-partidário, salvo por motivo de serviço (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Trata-se de uma proibição inclusive se candidato, ou até mesmo eleito.***
- ***A única exceção é se o militar estiver em serviço.***
- ***O art. 75 do Estatuto Militar expressa essa vedação.***

**Art.75.** É proibido ao militar estadual o uso dos uniformes e acréscimos de que trata esta subseção, na forma prevista no Código Disciplinar e nas situações abaixo:

**I** - em manifestação de caráter político-partidário;

**XLIX** - autorizar, promover ou participar de petições ou manifestações de caráter reivindicatório, de cunho político-partidário, religioso, de crítica ou de apoio a ato de superior, para tratar de assuntos de natureza militar, ressalvados os de natureza técnica ou científica havidos em razão do exercício da função militar (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Cito um exemplo que não seria considerado transgressão: O militar que participar de abaixo-assinado no intuito de solicitar certo tipo de treinamento não cometerá transgressão disciplinar.***

**L** - frequentar lugares incompatíveis com o decoro social ou militar, salvo por motivo de serviço (M);

**Comentário do Moral:**

- ***O decoro militar não permite que o militar frequente lugares que possam macular sua imagem e, por conseguinte, a da própria corporação militar.***
- ***Os prostíbulos são um exemplo de lugar incompatível com o decoro social e militar.***

**LI** - recorrer a outros órgãos, pessoas ou instituições para resolver assunto de interesse pessoal relacionado com a corporação militar, sem observar os preceitos estabelecidos neste estatuto (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Utilizar-se de político, por exemplo, para tratar de assuntos administrativos.***

**LII** - assumir compromisso em nome da Corporação Militar, ou representá-la em qualquer ato, sem estar devidamente autorizado (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Militar convidado a participar de programa televisivo para tratar de assuntos a respeito da corporação, só poderá se tiver autorização para tal.***

**LIII** - deixar de cumprir ou fazer cumprir as normas legais ou regulamentares, na esfera de suas atribuições (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Não cumprir ordem, sem justo motivo é GRAVE.***
- ***Não cumprir as normas na esfera de sua atribuição é MÉDIA.***

**LIV** - faltar a ato judiciário, administrativo ou similar, salvo motivo relevante a ser comunicado por escrito à

autoridade a que estiver subordinado, e assim considerado por esta, na primeira oportunidade, antes ou depois do ato, do qual tenha sido previamente cientificado (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Durante a carreira do militar, convocado para audiências. Em caso de falta, sem motivo relevante, cometerá transgressão <u>MÉDIA</u>.</i></b></li></ul>



**LV** - deixar de identificar-se quando solicitado, ou quando as circunstâncias o exigirem (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>O inciso XII, deste parágrafo, tratou da identificação funcional. Esse inciso é bem mais amplo, já que não cita qual identidade deve apresentar.</i></b></li><li>➤ <b><i>Sempre que a transgressão for por motivo de identificação ela será de natureza <u>MÉDIA</u>.</i></b></li></ul>



**LVI** - procrastinar injustificadamente expediente que lhe seja encaminhado, bem como atrasar o prazo de conclusão de inquérito policial militar, conselho de justificação ou disciplina, processo administrativo-disciplinar, sindicância ou similar (M);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Procrastinar significa adiar, deixar alguma coisa pra depois, transferir a realização de alguma coisa para outro momento.</i></b></li><li>➤ <b><i>O art. 71 desta lei trata dos Processos Regulares. Os membros trabalharão com prazos para a finalização do processo</i></b></li></ul>



**LVII** - manter relações de amizade ou exhibir-se em público com pessoas de notórios e desabonados

antecedentes criminais ou policiais, salvo por motivo relevante ou de serviço (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Certas amizades são incompatíveis e inaceitáveis, salvo por motivo relevante.***
- ***Exemplo de motivo relevante é o de um militar que possui um irmão com antecedentes criminais.***

**LVIII** - retirar, sem autorização da autoridade competente, qualquer objeto ou documento da Corporação Militar (M);

**Comentário do Moral:**

- ***Não confunda retirar com furtar. Furtar é tomar para si coisa de outrem.***
- ***Aqui, ele cita apenas a ação de retirar, o que dá a ideia de intenção de devolução.***
- ***Ex: O militar que leva a impressora do quartel com a intenção de devolvê-la no dia seguinte, sem autorização, cometerá transgressão.***

**§ 3º: São transgressões disciplinares leves:**

**I** - deixar de comunicar ao superior a execução de ordem dele recebida, no mais curto prazo possível (L);

**Comentário do Moral:**

- ***Não cumprir ordem legal é GRAVE.***
- ***Retardar a execução de ordem legal é MÉDIA.***
- ***Aconselhar a não cumprir ou a retardar é GRAVE.***
- ***Deixar de comunicar a execução de ordem é LEVE.***
- ***Após execução, o militar terá obrigação de comunicar ao ordenador.***

- ***Há um código utilizado pelos militares quando da execução de determinada ordem/missão: S 45 – missão cumprida. Você a utilizará muito.***

**II** - retirar-se da presença do superior hierárquico sem obediência às normas regulamentares (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Um dos módulos do Curso de Formação é de Ordem Unida, nela você aprenderá as normas de comportamento e conduta. Uma das exigências é a permissão para se retirar.</i></b></li></ul>



**III** - deixar, tão logo seus afazeres o permitam, de apresentar-se ao seu superior funcional, conforme prescrições regulamentares (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>O militar deve apresentar-se a seu superior ao chegar para o serviço e ao término também.</i></b></li></ul>



**IV** - deixar, nas solenidades, de apresentar-se ao superior hierárquico de posto ou graduação mais elevada e de saudar os demais, de acordo com as normas regulamentares (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Quando em solenidade, o militar deverá se apresentar, logo ao chegar, à autoridade de maior cargo presente no evento e, ainda, saudar os demais militares presentes.</i></b></li></ul>

**V** - consentir, o responsável pelo posto de serviço ou a sentinela, na formação de grupo ou permanência de pessoas junto ao seu posto (L);

**VI** - içar ou arriar, sem ordem, bandeira ou insígnia de autoridade (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <p>➤ <b><i>A bandeira é um dos símbolos, tratado no inciso I do art. 8º, que fala da sua inviolabilidade.</i></b></p> |
|---|

**VII** - dar toques ou fazer sinais, previstos nos regulamentos, sem ordem de autoridade competente (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Os toques de corneta ou de sirenes são utilizados para avisos. Fazê-los sem autorização ou de forma desnecessária poderá comprometer a credibilidade desses avisos.</i></b></p> |
|--|

**VIII** - conversar ou fazer ruídos em ocasiões ou lugares impróprios (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <p>➤ <b><i>Transgressão gerada pelo desrespeito ao inciso XXVII do art. 8º - Observar as normas de boa educação e de discrição nas atitudes, maneiras e na linguagem escrita ou falada.</i></b></p> |
|---|

**IX** - deixar de comunicar a alteração de dados de qualificação pessoal ou mudança de endereço residencial (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------



- ***Sempre que o militar mudar de endereço deverá comunicar à instituição para que se conste essa alteração em seus assentamentos.***

**X** - chegar atrasado ao expediente, ao serviço para o qual esteja nominalmente escalado ou a qualquer ato em que deva tomar parte ou assistir (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Abandonar ou faltar serviço ou expediente são <u>GRAVES</u>.</i></b></li><li>➤ <b><i>Faltar ou retirar-se de qualquer ato em que deva tomar parte ou assistir são <u>MÉDIAS</u>.</i></b></li><li>➤ <b><i>Chegar atrasado é <u>LEVE</u>.</i></b></li><li>➤ <b><i>Não comunicar a impossibilidade de comparecer é <u>MÉDIA</u></i></b></li></ul>

- ***Abandonar ou faltar serviço ou expediente são GRAVES.***

- ***Faltar ou retirar-se de qualquer ato em que deva tomar parte ou assistir são MÉDIAS.***

- ***Chegar atrasado é LEVE.***

- ***Não comunicar a impossibilidade de comparecer é MÉDIA***

**XI** - deixar de comunicar a tempo, à autoridade competente, a impossibilidade de comparecer à Organização Militar (OPM ou OBM) ou a qualquer ato ou serviço de que deva participar ou a que deva assistir (L);

**XII** - permanecer, alojado ou não, deitado em horário de expediente no interior da Organização Militar, sem autorização de quem de direito (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Dormir em serviço de policiamento é <u>GRAVE</u>.</i></b></li><li>➤ <b><i>Dormir em serviço (sem a questão citar mais nada) é <u>MÉDIA</u>.</i></b></li><li>➤ <b><i>Permanecer deitado é <u>LEVE</u>.</i></b></li><li>➤ <b><i>Vale lembrar que caso o militar tenha autorização não haverá transgressão</i></b></li></ul>

- ***Dormir em serviço de policiamento é GRAVE.***

- ***Dormir em serviço (sem a questão citar mais nada) é MÉDIA.***

- ***Permanecer deitado é LEVE.***

- ***Vale lembrar que caso o militar tenha autorização não haverá transgressão***

**XIII** - fumar em local não permitido (L);

**XIV** - tomar parte em jogos proibidos ou jogar a dinheiro os permitidos, em local sob administração militar, ou em qualquer outro, quando uniformizado (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Incompatível com a atividade Policial-Militar, já que tal prática é ilegal.</i></b></p> |
|--|

**XV** - conduzir veículo, pilotar aeronave ou embarcação oficial, sem autorização do órgão militar competente, mesmo estando habilitado (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Sem habilitação é <u>GRAVE</u>.</i></b></p> <p>➤ <b><i>Com habilitação, mas sem autorização, é <u>LEVE</u>.</i></b></p> |
|--|

**XVI** - transportar na viatura, aeronave ou embarcação que esteja sob seu comando ou responsabilidade, pessoal ou material, sem autorização da autoridade competente (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <p>➤ <b><i>Pra evitar a “carona amiga”.</i></b></p> |
|---|

**XVII** - andar a cavalo, a trote ou galope, sem necessidade, pelas ruas da cidade ou castigar inutilmente a montada (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Atenção, que quer fazer parte do Batalhão da Cavalaria.</i></b></p> |
|--|

**XVIII** - permanecer em dependência da própria Organização Militar ou local de serviço, desde que a ele estranho, sem consentimento ou ordem da autoridade competente (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Permanecer em dependência de <u>outra</u> Organização Militar é <u>MÉDIA</u>. (Inciso XLIV).</i></b></li><li>➤ <b><i>Permanecer em dependência da <u>própria</u> Organização Militar é <u>LEVE</u>.</i></b></li></ul> |
|---|

**XIX** - entrar ou sair, de qualquer Organização Militar, por lugares que não sejam para isso designados (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Há quartéis que proíbem, por exemplo, a entrada e saída de pedestres por onde entram e saem carros.</i></b></li></ul> |
|---|

**XX** - ter em seu poder, introduzir ou distribuir, em local sob administração militar, publicações, estampas ou jornais que atentem contra a disciplina, a moral ou as instituições (L);

**XXI** - usar vestuário incompatível com a função ou descuidar do asseio próprio ou prejudicar o de outrem (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

<b><i>Cuidado!</i></b>
------------------------

- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Muito parecido com o inciso XLVI do parágrafo segundo (MÉDIA).</i></b></li></ul> |
|--|

**XXII** - estar em desacordo com as normas regulamentares de apresentação pessoal (L);

**XXIII** - recusar ou devolver insígnia, salvo quando a regulamentação o permitir (L);

**XXIV** - aceitar qualquer manifestação coletiva de subordinados, com exceção das demonstrações de boa e sã camaradagem e com prévio conhecimento do homenageado (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <p>➤ <b><i>Vale lembrar o que está expresso no parágrafo terceiro do art. 8º.</i></b></p> |
|---|

<p>§ 3º. Aos militares do Estado da ativa são proibidas manifestações coletivas sobre atos de superiores, de caráter reivindicatório e de cunho político-partidário, sujeitando-se as manifestações de caráter individual aos preceitos deste Código.</p>
---

**XXV** - discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos, militares ou policiais, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizado (L).

**XXVI** - transferir o oficial a responsabilidade ao escrivão da elaboração de inquérito policial militar, bem como deixar de fazer as devidas inquirições (L);

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>O inquérito Policial Militar tem como responsável (presidente do IPM) um oficial, porém este é auxiliado por um escrivão, sendo, portanto proibido a este oficial transferir esta responsabilidade ao escrivão.</i></b></p> |
|--|

**XXVII** - acionar desnecessariamente sirene de viatura policial ou bombeirística (L).

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>As sirenes devem ser utilizadas em situações de ocorrência.</i></b></p> |
|--|

§ 4º. Aos procedimentos disciplinares, sempre serão garantidos o direito a ampla defesa e o contraditório.

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- ***Esse parágrafo traz a garantia do direito à ampla defesa do militar em processo regular.***
- ***O prazo para o exercício desse direito é de 5 dias, conforme o que está prescrito no art. 28 desta lei.***

## **CAPÍTULO V**

### **Das Sanções Administrativas Disciplinares**

#### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**

---

**Art. 14.** As sanções disciplinares aplicáveis aos militares do Estado, independentemente do posto, graduação ou função que ocupem, são:

**I** - advertência;

**II** - repreensão;

**III** - permanência disciplinar;

**IV** - custódia disciplinar;

**V** - reforma administrativa disciplinar;

**VI** - demissão;

**VII** - expulsão;

**VIII** - proibição do uso do uniforme e do porte de arma.

#### **Comentário do Moral:**

- ***Atenção para a senha!***  
**PRAPRECD**

#### **Concurso PM-2016**

**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

As sanções disciplinares aplicáveis aos militares do Estado dependem do posto, graduação ou função que ocupam.

**Gabarito (E)**

**O correto seria INDEPENDENTE.**

**Parágrafo único.** Todo fato que constituir transgressão deverá ser levado ao conhecimento da autoridade competente para as providências disciplinares.

**Comentário do Moral:**

- ***As autoridades competentes para aplicar as sanções estão elencadas no art. 31 desta lei.***

**Seção II**

**Da Advertência**

***Estão grifadas as principais informações que você precisará ter mais atenção.***

**Art. 15.** A advertência, forma mais branda de sanção, é aplicada verbalmente ao transgressor, podendo ser feita particular ou ostensivamente, sem constar de publicação, figurando, entretanto, no registro de informações de punições para oficiais, ou na nota de corretivo das praças.

**Parágrafo único.** A sanção de que trata o *caput* aplica-se exclusivamente às faltas de natureza leve, constituindo ato nulo quando aplicada em relação à falta média ou grave.

**Comentário do Moral:**

- 1. Forma mais branda de sanção;***
- 2. Aplicada verbalmente;***

3. *Podendo ser feita particular ou ostensivamente;*
4. *Sem constar de publicação em BI; (art. 39 pú)*
5. *Deve constar no RIP para oficiais, ou na NC das praças;*
6. *Somente nas “L”;*
7. *Nula nas “M” e nas “G”;*
8. *Competência: 2º Ten. ► Governador; (art. 32)*
9. *Cancelamento: em 2 anos (art. 70)*
10. *Prescrição: em 2 anos (art. 74)*

### Seção III

#### Da Repreensão

---

**Art. 16.** A repreensão é a sanção feita por escrito ao transgressor, publicada em boletim, devendo sempre ser averbada nos assentamentos individuais.

**Parágrafo único.** A sanção de que trata o *caput* aplica-se às faltas de natureza leve e média, constituindo ato nulo quando aplicada em relação à falta grave.

Comentário do Moral:
<p><b><i>Feita por escrito;</i></b></p> <p><b><i>02. Publicada em boletim;</i></b></p> <p><b><i>03. Sempre averbada nos assentamentos individuais;</i></b></p> <p><b><i>04. Aplicada nas faltas L e M; (atenção art. 42)</i></b></p> <p><b><i>05. Nula nas faltas G;</i></b></p>

**06. Competência: 2º Ten. ► Governador; (art. 32)**

**07. Cancelamento: em 3 anos (art. 70)**

**08. Prescrição: em 2 anos (art. 74)**

**09. Para efeito de Comportamento:  
2R►1PD (art. 54)**

## **Seção IV**

### **Da Permanência Disciplinar**

---

**Art. 17.** A permanência disciplinar é a sanção em que o transgressor ficará na OPM ou OBM, sem estar circunscrito a determinado compartimento.

**Parágrafo único.** O militar do Estado sob permanência disciplinar comparecerá a todos os atos de instrução e serviço, internos e externos.

**Art. 18.** A pedido do transgressor, o cumprimento da sanção de permanência disciplinar poderá, a juízo devidamente motivado, da autoridade que aplicou a punição, ser convertido em prestação de serviço extraordinário, desde que não implique prejuízo para a manutenção da hierarquia e da disciplina.

**§ 1º.** Na hipótese da conversão, a classificação do comportamento do militar do Estado será feita com base na sanção de permanência disciplinar.

**§ 2º.** Considerar-se-á 1 (um) dia de prestação de serviço extraordinário equivalente ao cumprimento de 1 (um) dia de permanência, salvo nos casos em que o transgressor não possua nenhuma falta grave ou média, quando 1 (um) dia de **prestação de serviço extraordinário** equivalerá ao cumprimento de 2 (dois) dias de permanência.



**§ 3º.** O prazo para o encaminhamento do pedido de conversão será de 3 (três) dias úteis, contados da data da publicação da sanção de permanência.

**§ 4º.** O pedido de conversão elide o pedido de reconsideração de ato.

**§ 5º.** Nos casos em que o transgressor não possua nenhuma falta grave ou média, o pedido de conversão não elidirá o pedido de reconsideração de ato.

**Art. 19.** A prestação do serviço extraordinário, nos termos do *caput* do artigo anterior, consiste na realização de atividades, internas ou externas, por período nunca inferior a 6 (seis) ou superior a 8 (oito) horas, nos dias em que o militar do Estado estaria de folga.

**§ 1º.** O limite máximo de conversão da permanência disciplinar em serviço extraordinário é de 5 (cinco) dias.

**§ 2º.** O militar do Estado, punido com período superior a 5 (cinco) dias de permanência disciplinar, somente poderá pleitear a conversão até o limite previsto no parágrafo anterior, a qual, se concedida, será sempre cumprida na fase final do período de punição.

**§ 3º.** A prestação do serviço extraordinário não poderá ser executada imediatamente após ou anteriormente a este, ao término de um serviço ordinário.

### **Comentário do Moral:**

**01. Antiga detenção; (art. 222 EM)**

**02. Dimensional (máximo de 20 dias);**

**03. O militar ficará na OPM ou OBM;**

**04. Comparece a todos os atos (serviços ou instruções, internos ou externos);**

**05. Com remuneração;**

**(TCME ► Interstício ► Serviço arregimentado)**

**06. Única sanção prevista para “L”, “M” e “G”;**  
**(art. 42)**

**07. Competência: 2º Ten. ► Governador; (art. 32)**

**Obs: competência escalonada**

**08. Cancelamento: em 7 anos (art. 70)**

**09. Prescrição: em 3 anos (art. 74)**

**10. A PD poderá ser convertida em PSE [6h-8h];**

**-Desde que não implique prejuízo à manutenção da hierarquia e da disciplina**

**-03 dias úteis para solicitar;**

**-Solicita a mesma autoridade que puniu;**

**01 dia de PSE = 01 dia de PD ou 02 dias de PD**

**-O pedido de conversão elide PRA? (M ou G)**

**-Limite máximo de conversão: 05 dias.**

## **Seção V**

### **Da Custódia Disciplinar**

**Art. 20.** A custódia disciplinar consiste na retenção do militar do Estado no âmbito de sua OPM ou OBM, sem participar de qualquer serviço, instrução ou atividade e sem estar circunscrito a determinado comportamento.

#### **Comentário do Moral:**

- **Quase a mesma definição da Permanência Disciplinar (PD).**
- **Atente-se para a diferença: RETENÇÃO.**
- **Perceba que o legislador escreveu COMPORTAMENTO, ao invés de COMPARTIMENTO. Trata-se de um erro gráfico que certamente não será cometido pela banca do concurso**

**§ 1º.** Nos dias em que o militar do Estado permanecer custodiado perderá todas as vantagens e direitos

decorrentes do exercício do posto ou graduação, inclusive o direito de computar o tempo da pena para qualquer efeito.

**Comentário do Moral:**

- ***Não receberá remuneração pelos dias que permanecer em CD, ainda por cima, não poderá contar com esse tempo, por exemplo, como interstício, nem serviço arregimentado.***

**§ 2º.** A custódia disciplinar somente poderá ser aplicada quando da reincidência no cometimento de transgressão disciplinar de natureza grave.

**Comentário do Moral:**

- ***O parágrafo cita a possibilidade da Custódia ser aplicada somente na reincidência da transgressão de natureza grave. No entanto, o art. 42, em seu inciso III, já prevê a sua aplicação ao não reincidente.***
- ***Espera-se que tal questionamento não seja feito na prova, pois geraria a possibilidade de anulação.***

**Concurso PM-2016**

**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

A custódia disciplinar será aplicada quando houver reincidência no cometimento de transgressão disciplinar de natureza média.

**Gabarito (E)**

**O correto seria GRAVE. (Ainda assim, poderia gerar questionamento).**

**Art.21.** A custódia disciplinar será aplicada pelo Controlador Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, pelo Secretário de

Segurança Pública e Defesa Social, Comandante Geral e pelos demais oficiais ocupantes de funções próprias do posto de Coronel.

**§ 1º.** A autoridade que entender necessária a aplicação da custódia disciplinar providenciará para que a documentação alusiva à respectiva transgressão seja remetida à autoridade competente.

**§2º** Ao Governador do Estado compete conhecer da sanção disciplinar prevista neste artigo em grau de recurso, quando tiver sido aplicada pelo Controlador Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, cabendo ao Conselho de Disciplina e Correição o conhecimento do recurso quando a aplicação da sanção decorrer de ato das autoridades previstas no caput deste artigo.

<b>Comentário do Moral:</b>
<p><b>01. Antiga prisão; (art. 222 EM)</b></p> <p><b>02. Dimensional (máximo de 15 dias);</b></p> <p><b>03. O militar ficará retido na sua OPM ou OBM;</b></p> <p><b>04. Sem estar circunscrito a determinado comportamento;</b></p> <p><b>05. Não participará de quaisquer serviços ou instruções;</b></p> <p><b>06. Sem remuneração;</b></p> <p><b>(TCME ► Interstício ► Serviço arregimentado)</b></p> <p><b>07. Aplicação:</b></p> <p><b>- Art. 20, §2º Somente na reincidência da G</b></p> <p><b>08. A CD só será aplicada na G;</b></p> <p><b>09. Competência: Cel. ► Governador; (art. 32)</b></p> <p><b>Obs: Todos podem aplicar no limite máximo</b></p> <p><b>10. Cancelamento: em 10 anos (art. 70)</b></p> <p><b>11. Prescrição: em 4 anos (art. 74)</b></p> <p><b>12. Recurso:</b></p>

- **Aplicada pelo CGD ► Governador**
- **Aplicada pelos demais ► Conselho de Correição e Disc.**

### **Concurso PM-2016**

**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

A custódia disciplinar consiste na retenção do militar do Estado no âmbito de sua OPM ou OBM, podendo participar de qualquer serviço, instrução ou atividade e sem estar circunscrito a determinado comportamento.

#### **Gabarito (E)**

De fato, a custódia consiste na retenção do militar, entretanto, o militar ficará impossibilitado de participar de qualquer atividade, seja ela interna ou externa.

## **Seção VI**

### **Da Reforma Administrativa Disciplinar**

**Art. 22.** A reforma administrativa disciplinar poderá ser aplicada, mediante processo regular:

**I** - ao oficial julgado incompatível ou indigno profissionalmente para com o oficialato, após sentença passada em julgado no Tribunal competente, ressalvado o caso de demissão;

**II** - à praça que se tornar incompatível com a função militar estadual, ou nociva à disciplina, e tenha sido julgada passível de reforma.

#### **Comentário do Moral:**

- **Existem 4 tipos de Reformas.**
  - **por idade**
  - **por incapacidade definitiva**

- **pena do Código Penal Militar**
- **sanção administrativa do Código Disciplinar**

➤ **Leia o art. 187 e 188 do Estatuto Militar.**

**Parágrafo único.** O militar do Estado que sofrer reforma administrativa disciplinar receberá remuneração proporcional ao tempo de serviço militar.

### **Comentário do Moral:**

**Trata-se de uma sanção aplicável tanto à praça, quanto ao oficial.**

**Ex. Caso o militar tenha 15 anos de contribuição e receba, como punição, a reforma administrativa disciplinar, então passará para a**

**reforma recebendo  $\frac{15}{30}$  de sua remuneração, ou seja, metade.**

## **Seção VII**

### **Da Demissão**

**Art. 23.** A demissão será aplicada ao militar do Estado na seguinte forma:

#### **I - ao oficial quando:**

**a)** for condenado na Justiça Comum ou Militar a pena privativa de liberdade por tempo superior a 2 (dois) anos, por sentença passada em julgado, observado o disposto no art. 125, § 4º, e art. 142, § 3º, VI e VII, da Constituição Federal, e art. 176, §§ 8º e 9º da Constituição do Estado;

### **Comentário do Moral:**

**De acordo com a CF/88**

**Art. 125.**

**§4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os policiais militares e bombeiros militares nos crimes militares, definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.**

**Art. 142. §3º**

**VI - o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra;**

**VII - o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior; De acordo com a Constituição do Estado do Ceará CE/89**

**Art. 176**

**§8º O oficial da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros só perderá o posto e a patente, se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do Tribunal de Justiça.**

**§9º O oficial judicialmente condenado à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.**

**b) for condenado a pena de perda da função pública, por sentença passada em julgado;**

#### **Comentário do Moral:**

- **Não receberá remuneração pelos dias que permanecer em CD, ainda por cima, não poderá contar com esse tempo, por exemplo, como interstício, nem serviço arrematado.**

***Todo servidor público, civil ou militar, ao praticar condutas delituosas poderá ser condenado à perda da função pública, perdendo a função pública por decisão judicial, por consequência teremos a demissão do condenado.***

***Obs: Caso seja punido com a SUSPENSÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA, o militar será agregado.***

c) for considerado moral ou profissionalmente inidôneo para a promoção ou revelar incompatibilidade para o exercício da função militar, por sentença passada em julgado no Tribunal competente;

<b>Comentário do Moral:</b>
➤ <b><i>Oficial responde a Conselho de Justificação.</i></b>

**II - à praça quando:**

a) for condenada na Justiça Comum ou Militar a pena privativa de liberdade por tempo superior a 2 (dois) anos, por sentença passada em julgado, observado o disposto no art. 125, § 4º. da Constituição Federal e art. 176, § 12, da Constituição do Estado;

<b>Comentário do Moral:</b>
➤ <b><i>De acordo com a Constituição do Estado do Ceará CE/89 – Art. 176, §§ 1º ao 11... §12. A praça condenada na Justiça Militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, só perderá a graduação por decisão do Tribunal de Justiça.</i></b>

b) for condenada a pena de perda da função pública, por sentença passada em julgado;



c) praticar ato ou atos que revelem incompatibilidade com a função militar estadual, comprovado mediante processo regular;

Comentário do Moral:
<p>➤ <b><i>O Conselho Disciplinar e o Processo Administrativo Disciplinar serão os processos regulares a que as praças serão submetidas, conforme o tempo na instituição.</i></b></p>

d) cometer transgressão disciplinar grave, estando há mais de 2 (dois) anos consecutivos ou 4 (quatro) anos alternados no mau comportamento, apurado mediante processo regular;

e) houver cumprido a pena consequente do crime de deserção, após apurada a motivação em procedimento regular, onde lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Comentário do Moral:
<p>➤ <b><i>Deserção enseja demissão, a qual será apurada em Processo Regular. A alínea afirma que a demissão só será efetivada após o cumprimento da pena em consequência do crime de deserção.</i></b></p>

f) considerada desertora e capturada ou apresentada, tendo sido submetida a exame de saúde, for julgada incapaz definitivamente para o serviço militar.

Comentário do Moral:
<p>➤ <b><i>Nesse caso, não haverá o cumprimento da pena em consequência do crime de deserção, já que o militar fora julgado incapaz definitivamente.</i></b></p>

**Parágrafo único.** O oficial demitido perderá o posto e a patente, e a praça, a graduação.

## Seção VIII

### Da Expulsão

---

**Art. 24.** A expulsão será aplicada, mediante processo regular, à praça que atentar contra a segurança das instituições nacionais ou praticar atos desonrosos ou ofensivos ao decoro profissional.

**Parágrafo único.** A participação em greve ou em passeatas, com uso de arma, ainda que por parte de terceiros, configura ato atentatório contra a segurança das instituições nacionais.

Comentário do Moral:
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Punição apenas para Praça.</i></b></li><li>➤ <b><i>São 04 as causas de expulsão da praça:</i></b><ol style="list-style-type: none"><li>1. atentar contra a segurança das instituições nacionais;</li><li>2. praticar atos desonrosos;</li><li>3. praticar atos ofensivos ao decoro profissional;</li><li>4. Crime + transgressão G + denota incapacidade moral (art. 48)</li></ol></li></ul> <p><b>Art. 48.</b> A expulsão será aplicada, em regra, quando a praça militar, independentemente da graduação ou função que ocupe, for condenado judicialmente por crime que também constitua infração disciplinar grave e que denote incapacidade moral para a continuidade do exercício de suas funções, após a instauração do devido processo legal, garantindo a ampla defesa e o contraditório.</p>



## Seção IX

### Da Proibição do Uso de Uniformes e de Porte de Arma

---

**Art. 25.** A proibição do uso de uniformes militares e de porte de arma será aplicada, nos termos deste Código, temporariamente, ao inativo que atentar contra o decoro ou a dignidade militar, até o limite de 1 (um) ano.

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| ➤ <b><i>Trata-se de uma punição exclusiva para militares da reserva remunerada.</i></b> |
|---|

## **CAPÍTULO VI**

### **Do Recolhimento Transitório**

---

**Art. 26.** O recolhimento transitório não constitui sanção disciplinar, sendo medida preventiva e acautelatória da ordem social e da disciplina militar, consistente no desarmamento e recolhimento do militar à prisão, sem nota de punição publicada em boletim, podendo ser excepcionalmente adotada quando houver fortes indícios de autoria de crime propriamente militar ou transgressão militar e a medida for necessária:

I – ao bom andamento das investigações para sua correta apuração; ou

II – à preservação da segurança pessoal do militar e da sociedade, em razão do militar:

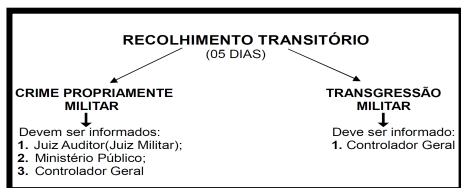
a) mostrar-se agressivo e violento, pondo em risco a própria vida e a de terceiros; ou,

b) encontrar-se embriagado ou sob ação de substância entorpecente.

**§ 1º.** A condução do militar do Estado à autoridade competente para determinar o recolhimento transitório somente poderá ser efetuada por superior hierárquico ou por oficial com precedência funcional ou hierárquica sobre o conduzido.

**§ 2º.** São autoridades competentes para determinar o recolhimento transitório àquelas elencadas no art. 31 deste Código.

**§3º** As decisões de aplicação do recolhimento transitório serão sempre fundamentadas e imediatamente comunicadas ao Juiz Auditor, Ministério Público e Controlador Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário, no caso de suposto cometimento deste crime, ou apenas a este último, no caso de suposta prática de transgressão militar.



**§ 4º.** O militar do Estado sob recolhimento transitório, nos termos deste artigo, somente poderá permanecer nessa situação pelo tempo necessário ao restabelecimento da normalidade da situação considerada, sendo que o prazo máximo será de 5 (cinco) dias, salvo determinação em contrário da autoridade judiciária competente.

**§ 5º.** O militar do Estado não sofrerá prejuízo funcional ou remuneratório em razão da aplicação da medida preventiva de recolhimento transitório.

**§ 6º.** Ao militar estadual preso nas circunstâncias deste artigo, são garantidos os seguintes direitos:

**I** - justificação, por escrito, do motivo do recolhimento transitório;

**II** - identificação do responsável pela aplicação da medida;

**III** - comunicação imediata do local onde se encontra recolhido a pessoa por ele indicada;

**IV** - ocupação da prisão conforme o seu círculo hierárquico;

## **V - apresentação de recurso.**

### **Comentário do Moral:**

- ***Decore a senha JICOR***
- ***J – Justificativa;***
  - ***I – Identificação;***
  - ***C – Comunicação;***
  - ***O – Ocupação;***
  - ***R – Recurso.***

**§ 7º.** O recurso do recolhimento transitório será interposto perante o Comandante da Corporação Militar onde estiver recolhido o militar.

**§ 8º.** Na hipótese do recolhimento transitório ser determinado pelo Comandante da Corporação Militar para onde for recolhido o militar, o recurso será interposto perante esta autoridade, que imediatamente o encaminhará ao seu superior hierárquico, a quem incumbirá à decisão.

**§ 9º.** A decisão do recurso será fundamentada e proferida no prazo de dois dias úteis. Expirado esse prazo, sem a decisão do recurso, o militar será liberado imediatamente.

### **Comentário do Moral:**

- 1. Não é sanção disciplinar***
- 2. Não será publicada em boletim***
- 3. Será adotada de forma excepcional.***
- 4. A praça só fará condução de subordinado hierárquico.***
- 5. Se oficial, bastará ter precedência hierárquica.***
  - Um cabo jamais conduzirá outro cabo, no entanto, poderá conduzir um soldado.***
  - Um capitão poderá conduzir outro capitão, bastando para isso ter precedência.***

**CAPÍTULO VII**  
**Do Procedimento Disciplinar**  
**Seção I**  
**Da Comunicação Disciplinar**

---

**Art. 27.** A comunicação disciplinar dirigida à autoridade competente destina-se a relatar uma transgressão disciplinar cometida por subordinado hierárquico, quando houver indícios ou provas de autoria.

**Comentário do Moral:**

- *Trata-se de um ato de superior sem competência para aplicar a sanção disciplinar, seja por conta da sanção, seja por conta do seu cargo.*
- *Ex: Um capitão da PM passa por um tenente do CBM o qual não lhe presta continência. Por não ter competência para aplicar a sanção sobre o tenente dos Bombeiros, o capitão deverá comunicá-lo.*
- *O prazo para Comunicação será de 05 dias.*
- *Perceba que o prazo para Representação é de 05 dias úteis.*

**Art. 28.** A comunicação disciplinar será formal, tanto quanto possível, deve ser clara, concisa e precisa, contendo os dados capazes de identificar as pessoas ou coisas envolvidas, o local, a data e a hora do fato, além de caracterizar as circunstâncias que o envolveram, bem como as alegações do faltoso, quando presente e ao ser interpelado pelo signatário das razões da transgressão, sem tecer comentários ou opiniões pessoais.

**§ 1º.** A comunicação disciplinar deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias, contados da constatação ou conhecimento do fato, ressalvadas as

disposições relativas ao recolhimento transitório, que deverá ser feita imediatamente.

§ 2º. A comunicação disciplinar deve ser a expressão da verdade, cabendo à autoridade competente encaminhá-la ao indiciado para que, por escrito, manifeste-se preliminarmente sobre os fatos, no prazo de 3 (três) dias.

§ 3º. Conhecendo a manifestação preliminar e considerando praticada a transgressão, a autoridade competente elaborará termo acusatório motivado, com as razões de fato e de direito, para que o militar do Estado possa exercer, por escrito, o seu direito a ampla defesa e ao contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 4º. Estando a autoridade convencida do cometimento da transgressão, providenciará o enquadramento disciplinar, mediante nota de culpa ou, se determinar outra solução, deverá fundamentá-la por despacho nos autos.

§ 5º. Poderá ser dispensada a manifestação preliminar do indiciado quando a autoridade competente tiver elementos de convicção suficientes para a elaboração do termo acusatório, devendo esta circunstância constar do respectivo termo.

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <b><i>Perceba que a manifestação preliminar não se deve ao direito da ampla defesa e contraditório, já que o mesmo poderá não ser concedido.</i></b></p>

**Art. 29.** A solução do procedimento disciplinar é da inteira responsabilidade da autoridade competente, que deverá aplicar sanção ou justificar o fato, de acordo com este Código.

§ 1º. A solução será dada no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da defesa do acusado, prorrogável, no máximo, por mais 15 (quinze) dias, mediante declaração de motivos.

## Concurso PM-2016

**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

A solução do procedimento disciplinar será dada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da instauração do mesmo, podendo ser prorrogado, no máximo, por mais 15 (quinze) dias, mediante declaração de motivos.

### **Gabarito (E)**

O erro dessa questão está ~~“contados da instauração do mesmo”~~. O prazo inicia do recebimento da defesa do acusado.

**§ 2º.** No caso de afastamento regulamentar do transgressor, os prazos supracitados serão interrompidos, reiniciada a contagem a partir da sua reapresentação.

**§ 3º.** Em qualquer circunstância, o signatário da comunicação disciplinar deverá ser notificado da respectiva solução, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da data da comunicação.

### **Comentário do Moral:**

- ***Signatário é o nome que se dá àquele que fez a comunicação.***

**§ 4º.** No caso de não cumprimento do prazo do parágrafo anterior, poderá o signatário da comunicação solicitar, obedecida a via hierárquica, providências a respeito da solução.

## **Seção II**

### **Da Representação**

**Art. 30.** Representação é toda comunicação que se referir a ato praticado ou aprovado por superior hierárquico



ou funcional, que se repute irregular, ofensivo, injusto ou ilegal.

#### **Comentário do Moral:**

- ***Logicamente, o subordinado jamais será competente para aplicar sanção disciplinar a um superior hierárquico, devendo assim, representar contra ele caso julgue o ato ofensivo, injusto, irregular ou ilegal.***
- ***O prazo para representação será de 05 dias úteis.***
- ***Perceba que o prazo para Comunicação é de 05 dias.***

**§ 1º.** A representação será dirigida à autoridade funcional imediatamente superior àquela contra a qual é atribuída a prática do ato irregular, ofensivo, injusto ou ilegal.

**§ 2º.** A representação contra ato disciplinar será feita somente após solucionados os recursos disciplinares previstos neste Código e desde que a matéria recorrida verse sobre a legalidade do ato praticado.

**§ 3º.** A representação nos termos do parágrafo anterior será exercida no prazo estabelecido no § 3º, do art. 58.

#### **Comentário do Moral:**

- ***Tratando-se de ato disciplinar (sanções), o subordinado deverá, primeiramente, utilizar-se dos recursos hierárquicos previstos no art. 56.***
- ***O próximo parágrafo diz que o prazo para a representação contra ato disciplinar não será de 05 dias úteis, mas sim de 05 dias.***

**§ 4º.** O prazo para o encaminhamento de representação será de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do conhecimento do ato ou fato que a motivar.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Da Competência, do Julgamento, da Aplicação e do Cumprimento das Sanções Disciplinares**

#### **Seção I**

##### **Da Competência**

---

**Art. 31.** A competência disciplinar é inerente ao cargo, função ou posto, sendo autoridades competentes para aplicar sanção disciplinar:

**I** - o Governador do Estado: a todos os militares do Estado sujeitos a este Código;

**II** - o Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, o respectivo Comandante Geral e o Controlador Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário: a todos os militares do Estado sujeitos a este Código;

**III** - os oficiais da ativa: aos militares do Estado que estiverem sob seu comando ou integrantes das OPM ou OBM subordinadas.

**IV** - os Subcomandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar: a todos sob seu comando e das unidades subordinadas e às praças inativas da reserva remunerada;

**V** - os oficiais da ativa: aos militares do Estado que estiverem sob seu comando ou integrantes das OPM ou OBM subordinadas.

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <b><i>Perceba que o Legislador se equivocou ao repetir no inciso V o mesmo texto do inciso III.</i></b></p>

**Parágrafo único.** Ao Controlador Geral de Disciplina e aos Comandantes-Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar compete conhecer das sanções disciplinares aplicadas aos inativos da reserva remunerada, em grau de recurso, respectivamente, se oficial ou praça.

## **Seção II**

### **Dos Limites de Competência das Autoridades**

---

**Art. 32.** O Governador do Estado é competente para aplicar todas as sanções disciplinares previstas neste Código, cabendo às demais autoridades as seguintes competências:

**I** - ao Controlador Geral de Disciplina: todas as sanções disciplinares, exceto a demissão de oficiais; **(NR Lei nº 14.933/11).**

**II** - ao respectivo Subcomandante da Corporação Militar e ao Subchefe da Casa Militar, as sanções disciplinares de advertência, repreensão, permanência disciplinar, custódia disciplinar e proibição do uso de uniformes, até os limites máximos previstos;

**III** - aos oficiais do posto de coronel: as sanções disciplinares de advertência, repreensão, permanência disciplinar de até 20 (vinte) dias e custódia disciplinar de até 15 (quinze) dias;

**IV** - aos oficiais do posto de tenente-coronel: as sanções disciplinares de advertência, repreensão e permanência disciplinar de até 20 (vinte) dias;

**V** - aos oficiais do posto de major: as sanções disciplinares de advertência, repreensão e permanência disciplinar de até 15 (quinze) dias;

**VI** - aos oficiais do posto de capitão: as sanções disciplinares de advertência, repreensão e permanência disciplinar de até 10 (dez) dias;

**VII** - aos oficiais do posto de tenente: as sanções disciplinares de advertência, repreensão e permanência

disciplinar de até 5 (cinco) dias. (***Acréscitado pela Lei nº 14.933/11***)

**Parágrafo único.** Nos casos de sanções aplicadas pelas autoridades previstas nos incisos II a VII, deverá ser comunicada no prazo de 10 (dez) dias ao Controlador Geral de Disciplina, sob pena de responsabilidade disciplinar.” (***Nova redação dada pela Lei nº 14.933/11***)

### **Seção III**

#### **Do Julgamento**

---

**Art. 33.** Na aplicação das sanções disciplinares serão sempre considerados a natureza, a gravidade e os motivos determinantes do fato, os danos causados, a personalidade e os antecedentes do agente, a intensidade do dolo ou o grau da culpa.

**Art. 34.** Não haverá aplicação de sanção disciplinar quando for reconhecida qualquer das seguintes causas de justificação:

**I** - motivo de força maior ou caso fortuito, plenamente comprovados;

**II** – em preservação da ordem pública ou do interesse coletivo;

**III** - legítima defesa própria ou de outrem;

**IV** - obediência à ordem superior, desde que a ordem recebida não seja manifestamente ilegal;

**V** - uso de força para compelir o subordinado a cumprir rigorosamente o seu dever, no caso de perigo, necessidade urgente, calamidade pública ou manutenção da ordem e da disciplina.

<b>Comentário do Moral:</b>
➤ <b><i>Decore a frase: Força no PULO!</i></b>

- **Força – Força maior ou caso fortuito ...**
- **P – Preservação da ordem pública ...**
- **U – Uso da força para compelir subordinado ...**
- **L – Legítima defesa ...**
- **O – Obediência a ordem ...**

### **Concurso PM-2016**

**Em relação ao Código Disciplinar dos Militares do Estado do Ceará, Lei 13.407/2003, julgue, como Certo (C) ou Errado (E), o item a seguir.**

Não haverá aplicação de sanção disciplinar quando for reconhecida a legítima defesa própria ou de outrem.

**Gabarito (C)**

**Letra da lei.**

**Art. 35.** São circunstâncias atenuantes:

**I** - estar, no mínimo, no bom comportamento;

**II** - ter prestado serviços relevantes;

**III** - ter admitido à transgressão de autoria ignorada ou, se conhecida, imputada a outrem;

**IV** - ter praticado a falta para evitar mal maior;

**V** - ter praticado a falta em defesa de seus próprios direitos ou dos de outrem;

**VI** - ter praticado a falta por motivo de relevante valor social;

**VII** - não possuir prática no serviço;

**VIII** - colaborar na apuração da transgressão disciplinar.

### **Comentário do Moral:**

- **Existem três comportamentos atenuantes: EXCELENTE, ÓTIMO E BOM.**

**Art. 36.** São circunstâncias agravantes:

**I** - estar em mau comportamento;

**Comentário do Moral:**

- ***O único comportamento que não é considerado atenuante nem agravante é o REGULAR.***

**II** - prática simultânea ou conexão de duas ou mais transgressões;

**Comentário do Moral:**

- ***Exemplo de prática simultânea: “Dirigir-se a superior de modo desrespeitoso (XXVIII). Essa transgressão acaba ofendendo-o (XXX)”***
  - ***Apesar de ser tipificada em dois incisos como GRAVE, não poderá ser aplicada mais de uma sanção.***

**Comentário do Moral:**

- ***O art. 45 desta lei trata das consequências em relação a transgressões com ou sem conexão.***

**Art. 45.** Na ocorrência de mais de uma transgressão, sem conexão entre elas, serão impostas as sanções correspondentes isoladamente; em caso contrário, quando forem praticadas de forma conexa, as de menor gravidade serão consideradas como circunstâncias agravantes da transgressão principal.

**III** - reincidência;

**IV** - conluio de duas ou mais pessoas;

**Comentário do Moral:**

➤ **Conluio - combinação, ajuste maléfico.**

**V** - ter sido a falta praticada durante a execução do serviço;

**Comentário do Moral:**

- **§ 1º.** Não se aplica a circunstância agravante prevista no inciso V quando, pela sua natureza, a transgressão seja inerente à execução do serviço.

**VI** - ter sido a falta praticada em presença de subordinado, de tropa ou de civil;

**VII** - ter sido a falta praticada com abuso de autoridade hierárquica ou funcional ou com emprego imoderado de violência manifestamente desnecessária.

**§ 1º.** Não se aplica a circunstância agravante prevista no inciso V quando, pela sua natureza, a transgressão seja inerente à execução do serviço.

**§ 2º.** Considera-se reincidência o enquadramento da falta praticada num dos itens previstos no art. 13 ou no inciso II do § 1º. do art. 12.

## **Seção IV**

### **Da Aplicação**

---

**Art. 37.** A aplicação da sanção disciplinar abrange a análise do fato, nos termos do art. 33 deste Código, a análise das circunstâncias que determinaram a transgressão, o enquadramento e a decorrente publicação.

**Art. 38.** O enquadramento disciplinar é a descrição da transgressão cometida, dele devendo constar, resumidamente, o seguinte:

**I** - indicação da ação ou omissão que originou a transgressão;

**II** - tipificação da transgressão disciplinar;

**III** - alegações de defesa do transgressor;

**IV** - classificação do comportamento policial-militar em que o punido permaneça ou ingresse;

**V** - discriminação, em incisos e artigos, das causas de justificação ou das circunstâncias atenuantes e ou agravantes;

**VI** - decisão da autoridade impondo, ou não, a sanção;

**VII** - observações, tais como:

**a)** data do início do cumprimento da sanção disciplinar;

**b)** local do cumprimento da sanção, se for o caso;

**c)** determinação para posterior cumprimento, se o transgressor estiver baixado, afastado do serviço ou à disposição de outra autoridade;

**d)** outros dados que a autoridade competente julgar necessários;

**VIII** - assinatura da autoridade.

**Art. 39.** A publicação é a divulgação oficial do ato administrativo referente à aplicação da sanção disciplinar ou à sua justificação, e dá início a seus efeitos.

**Parágrafo único.** A advertência não deverá constar de publicação em boletim, figurando, entretanto, no registro de informações de punições para os oficiais, ou na nota de corretivo das praças.

**Art. 40.** As sanções aplicadas a oficiais, alunos-oficiais, subtenentes e sargentos serão publicadas somente para conhecimento dos integrantes dos seus respectivos círculos e superiores hierárquicos, podendo ser dadas ao conhecimento geral se as circunstâncias ou



a natureza da transgressão e o bem da disciplina assim o recomendarem.

**Art. 41.** Na aplicação das sanções disciplinares previstas neste Código, serão rigorosamente observados os seguintes limites:

**I** - quando as circunstâncias atenuantes preponderarem, a sanção não será aplicada em seu limite máximo;

**II** - quando as circunstâncias agravantes preponderarem, poderá ser aplicada a sanção até o seu limite máximo;

**III** - pela mesma transgressão não será aplicada mais de uma sanção disciplinar, sendo nulas as penas mais brandas quando indevidamente aplicadas a fatos de gravidade com elas incompatível, de modo que prevaleça a penalidade devida para a gravidade do fato.

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <b><i>Os limites da intensidade das sanções estão previstos no art. 42.</i></b></p>

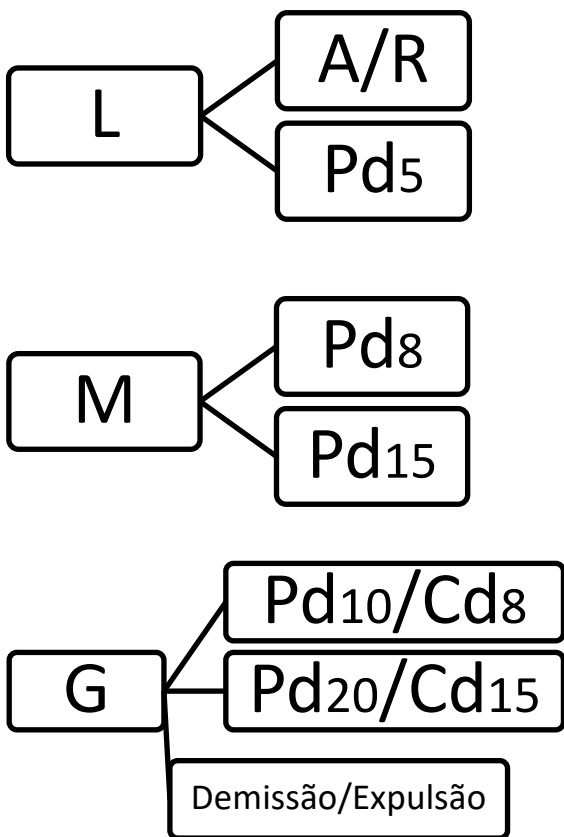
**Art. 42.** A sanção disciplinar será proporcional à gravidade e natureza da infração, observados os seguintes limites:

**I** - as faltas leves são puníveis com advertência ou repreensão e, na reincidência, com permanência disciplinar de até 5 (cinco) dias;

**II** - as faltas médias são puníveis com permanência disciplinar de até 8 (oito) dias e, na reincidência, com permanência disciplinar de até 15(quinze) dias;

**III** - as faltas graves são puníveis com permanência disciplinar de até 10 (dez) dias ou custódia disciplinar de até 8 (oito) dias e, na reincidência, com permanência de até 20 (vinte) dias ou custódia disciplinar de até 15 (quinze) dias, desde que não caiba demissão ou expulsão.

## Comentário do Moral:



**Art. 43.** O início do cumprimento da sanção disciplinar dependerá de aprovação do ato pelo Comandante da Unidade ou pela autoridade funcional imediatamente superior, quando a sanção for por ele aplicada, e prévia publicação em boletim, ressalvados os casos de necessidade da medida preventiva de recolhimento transitório, prevista neste Código.

### **Comentário do Moral:**

- ***Como já vimos no art. 39, a publicação dá início aos atos administrativos, no entanto, o cumprimento da sanção necessitará da autorização do CMT da unidade. Se o CMT aplicar a sanção, então a autoridade funcional superior é que dará ou não a autorização.***

**Art. 44.** A sanção disciplinar não exime o militar estadual punido da responsabilidade civil e criminal emanadas do mesmo fato.

**Parágrafo único.** A instauração de inquérito ou ação criminal não impede a imposição, na esfera administrativa, de sanção pela prática de transgressão disciplinar sobre o mesmo fato.

### **Comentário do Moral:**

- ***Esse artigo trata da independência da atuação das três esferas: administrativa, penal e civil.***
- ***O militar que comete transgressão disciplinar terá sua responsabilidade administrativa apurada pela própria instituição militar ou pela Controladoria Geral de Disciplina.***
- ***O militar que comete crime ou contravenção terá sua Responsabilidade Penal apurada pela Justiça Comum ou Militar.***
- ***A conduta do militar que venha gerar danos material a alguém, terá sua Responsabilidade Civil apurada pela Esfera Cível.***

**Art. 45.** Na ocorrência de mais de uma transgressão, sem conexão entre elas, serão impostas as sanções correspondentes isoladamente; em caso contrário, quando forem praticadas de forma conexa, as de menor gravidade

serão consideradas como circunstâncias agravantes da transgressão principal.

#### **Comentário do Moral:**

- ***(Transgressões com conexão) “Militar que falta com a verdade ao tentar justificar-se por chegar atrasado”. Uma transgressão gerou a outra. Sendo assim, a de menor gravidade será agravante da mais grave.***
- ***(Transgressões sem conexão) “Militar chega atrasado. Logo em seguida, passa por superior e não presta a devida continência”. Temos aqui duas transgressões sem qualquer dependência entre elas. Sendo assim, receberá sanção pelas duas.***

**Art. 46.** Na ocorrência de transgressão disciplinar envolvendo militares do Estado de mais de uma Unidade, caberá ao comandante da área territorial onde ocorreu o fato apurar ou determinar a apuração e, ao final, se necessário, remeter os autos à autoridade funcional superior comum aos envolvidos.

#### **Comentário do Moral:**

- ***O SD PM Alfa, lotado na 1ª CIA, cometeu transgressão junto com o SD PM Beta, lotado na 2ª CIA. A transgressão aconteceu na área da 3ª CIA. Sendo assim, o CMT da 3ª CIA deverá apurar ou determinar a apuração e, se houver necessidade de puni-los, os autos deverão ser encaminhados ao CMT comum aos dois transgressores (CMT do Batalhão).***

**Art. 47.** Quando duas autoridades de níveis hierárquicos diferentes, ambas com ação disciplinar sobre o

transgressor, conhecerem da transgressão disciplinar, competirá à de maior hierarquia apurá-la ou determinar que a menos graduada o faça.

**Parágrafo único.** Quando a apuração ficar sob a incumbência da autoridade menos graduada, a punição resultante será aplicada após a aprovação da autoridade superior, se esta assim determinar.

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <i>Quando um Major e um Capitão, ambos com ação disciplinar sobre o transgressor, conhecerem da transgressão disciplinar, caberá ao Major apurar o fato ou determinar que o Capitão apure. Porém, se for necessário punir o militar transgressor, somente poderá sê-lo se a sanção for aprovada pelo Major.</i></p>



**Art. 48.** A expulsão será aplicada, em regra, quando a praça militar, independentemente da graduação ou função que ocupe, for condenado judicialmente por crime que também constitua infração disciplinar grave e que denote incapacidade moral para a continuidade do exercício de suas funções, após a instauração do devido processo legal, garantindo a ampla defesa e o contraditório.

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <i>Vimos no art. 24 os três casos que podem levar à expulsão da praça.</i></p> <p>➤ <i>Esse artigo traz mais um caso de expulsão.</i></p>



## **Seção V**

### **Do Cumprimento e da Contagem de Tempo**

---

**Art. 49.** A autoridade que tiver de aplicar sanção a subordinado que esteja a serviço ou à disposição de outra autoridade requisitará a apresentação do transgressor.

**Parágrafo único.** Quando o local determinado para o cumprimento da sanção não for a respectiva OPM ou OBM, a autoridade indicará o local designado para a apresentação do militar punido.

**Art. 50.** Nenhum militar do Estado será interrogado ou ser-lhe-á aplicada sanção se estiver em estado de embriaguez, ou sob a ação de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, devendo, se necessário, ser, desde logo, recolhido transitoriamente, por medida preventiva.

**Art. 51.** O cumprimento da sanção disciplinar, por militar do Estado afastado do serviço, deverá ocorrer após a sua apresentação na OPM ou OBM, pronto para o serviço militar, salvo nos casos de interesse da preservação da ordem e da disciplina.

**Parágrafo único.** A interrupção de afastamento regulamentar, para cumprimento de sanção disciplinar, somente ocorrerá quando determinada pelo Governador do Estado ou pelo Controlador Geral dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário.

**Art. 52.** O início do cumprimento da sanção disciplinar deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a ciência, pelo militar punido, da sua publicação.

**§ 1º.** A contagem do tempo de cumprimento da sanção começa no momento em que o militar do Estado iniciá-lo, computando-se cada dia como período de 24 (vinte e quatro) horas.

**§ 2º.** Não será computado, como cumprimento de sanção disciplinar, o tempo em que o militar do Estado passar em gozo de afastamentos regulamentares,

interrompendo-se a contagem a partir do momento de seu afastamento até o seu retorno.

**§ 3º.** O afastamento do militar do Estado do local de cumprimento da sanção e o seu retorno a esse local, após o afastamento regularmente previsto no § 2º, deverão ser objeto de publicação.

## **CAPÍTULO IX**

### **Do Comportamento**

---

**Art. 53.** O comportamento da praça militar demonstra o seu procedimento na vida profissional e particular, sob o ponto de vista disciplinar.

***Vale ressaltar que a classificação de comportamentos é só para as praças.***

**Art. 54.** Para fins disciplinares e para outros efeitos, o comportamento militar classifica-se em:

**I - Excelente** - quando, no período de 10 (dez) anos, não lhe tenha sido aplicada qualquer sanção disciplinar, mesmo por falta leve;

**II - Ótimo** - quando, no período de 5 (cinco) anos, lhe tenham sido aplicadas até 2 (duas) repreensões;

**III - Bom** - quando, no período de 2 (dois) anos, lhe tenham sido aplicadas até 2 (duas) permanências disciplinares;

**IV - Regular** - quando, no período de 1 (um) ano, lhe tenham sido aplicadas até 2 (duas) permanências disciplinares ou 1 (uma) custódia disciplinar;

**V - Mau** - quando, no período de 1 (um) ano, lhe tenham sido aplicadas mais de 2 (duas) permanências disciplinares ou mais de 1 (uma) custódia disciplinar.

**§ 1º.** A contagem de tempo para melhora do comportamento se fará automaticamente, de acordo com os prazos estabelecidos neste artigo.

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Isso quer dizer que o militar não precisa solicitar a mudança do comportamento.</i></b></p> |
|--|

**§ 2º.** Bastará uma única sanção disciplinar acima dos limites estabelecidos neste artigo para alterar a categoria do comportamento.

**§ 3º.** Para a classificação do comportamento fica estabelecido que duas repreensões equivalerão a uma permanência disciplinar.

**§ 4º.** Para efeito de classificação, reclassificação ou melhoria do comportamento, ter-se-ão como bases as datas em que as sanções foram publicadas.

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Mesmo que a transgressão tenha sido cometida há anos, o prazo da tabela é contado a partir da publicação da sanção.</i></b></p> |
|--|

**Art. 55.** Ao ser admitida, a praça militar será classificada no comportamento “bom”.

## **CAPÍTULO X**

### **Dos Recursos Disciplinares**

---

**Art. 56.** O militar do Estado, que considere a si próprio, a subordinado seu ou a serviço sob sua responsabilidade prejudicado, ofendido ou injustiçado por ato de superior hierárquico, poderá interpor recursos disciplinares.



**Parágrafo único.** São recursos disciplinares:

**I** - pedido de reconsideração de ato;

**II** - recurso hierárquico.

**Art. 57.** O pedido de reconsideração de ato é recurso interposto, mediante parte ou ofício, à autoridade que praticou, ou aprovou, o ato disciplinar que se reputa irregular, ofensivo, injusto ou ilegal, para que o reexamine.

**§ 1º.** O pedido de reconsideração de ato deve ser encaminhado, diretamente, à autoridade recorrida e por uma única vez.

**§ 2º.** O pedido de reconsideração de ato, que tem efeito suspensivo, deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data em que o militar do Estado tomar ciência do ato que o motivou.

**§ 3º.** A autoridade a quem for dirigido o pedido de reconsideração de ato deverá, saneando se possível o ato praticado, dar solução ao recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento do documento, dando conhecimento ao interessado, mediante despacho fundamentado que deverá ser publicado.

**§ 4º.** O subordinado que não tiver oficialmente conhecimento da solução do pedido de reconsideração, após 30 (trinta) dias contados da data de sua solicitação, poderá interpor recurso hierárquico no prazo previsto no inciso I do § 3º, do artigo seguinte.

**§ 5º.** O pedido de reconsideração de ato deve ser redigido de forma respeitosa, precisando o objetivo e as razões que o fundamentam, sem comentários ou insinuações desnecessárias, podendo ser acompanhado de documentos comprobatórios.

**§ 6º.** Não será conhecido o pedido de reconsideração intempestivo, procrastinador ou que não apresente fatos ou argumentos novos que modifiquem a decisão anteriormente tomada, devendo este ato ser publicado, obedecido o prazo do § 3º deste artigo.

### **Comentário do Moral:**

- 1. *Mediante parte ou ofício***
- 2. *Uma única vez;***
- 3. *À autoridade que praticou ou aprovou;***
- 4. *Ato disciplinar deve se reputar irregular, ofensivo, injusto ou ilegal;***
- 5. *Tem efeito suspensivo (para o prazo de cumprimento da sanção);***
- 6. *Prazo máximo para interposição é de 05 dias;***
- 7. *Não pode ser intempestivo, procrastinador ou que não apresente fatos ou argumentos novos.***
- 8. *Resposta em até 10 dias, publicada;***
- 9. *Após 30 dias sem resposta, recurso hierárquico (5 dias)***

**Art. 58.** O recurso hierárquico, interposto por uma única vez, terá efeito suspensivo e será redigido sob a forma de parte ou ofício e endereçado diretamente à autoridade imediatamente superior àquela que não reconsiderou o ato tido por irregular, ofensivo, injusto ou ilegal.

**§ 1º.** A interposição do recurso de que trata este artigo, a qual deverá ser precedida de pedido de reconsideração do ato, somente poderá ocorrer depois de conhecido o resultado deste pelo requerente, exceto na hipótese prevista pelo § 4º do artigo anterior.

**§ 2º.** A autoridade que receber o recurso hierárquico deverá comunicar tal fato, por escrito, àquela contra a qual está sendo interposto.

**§ 3º.** Os prazos referentes ao recurso hierárquico são:

**I** - para interposição: 5(cinco) dias, a contar do conhecimento da solução do pedido de reconsideração pelo interessado ou do vencimento do prazo do § 4º. do artigo anterior;

**II** - para comunicação: 3 (três) dias, a contar do protocolo da OPM ou OBM da autoridade destinatária;

**III - para solução: 10 (dez) dias, a contar do recebimento da interposição do recurso no protocolo da OPM ou OBM da autoridade destinatária.**

**§ 4º.** O recurso hierárquico, em termos respeitosos, precisará o objeto que o fundamenta de modo a esclarecer o ato ou fato, podendo ser acompanhado de documentos comprobatórios.

**§ 5º.** O recurso hierárquico não poderá tratar de assunto estranho ao ato ou fato que o tenha motivado, nem versar sobre matéria impertinente ou fútil.

**§ 6º.** Não será conhecido o recurso hierárquico intempestivo, procrastinador ou que não apresente fatos ou argumentos novos que modifiquem a decisão anteriormente tomada, devendo ser cientificado o interessado, e publicado o ato em boletim, no prazo de 10 (dez) dias.

<b>Comentário do Moral:</b>
<ol style="list-style-type: none"><li><b><i>1. Mediante parte ou ofício, por uma única vez;</i></b></li><li><b><i>2. À autoridade imediatamente superior àquela que não reconsiderou o ato;</i></b></li><li><b><i>3. Deve ser precedida do PRA;</i></b></li><li><b><i>4. Tem efeito suspensivo;</i></b></li><li><b><i>5. Prazo para interposição é de 05 dias;</i></b></li><li><b><i>6. Não pode ser intempestivo, procrastinador ou que não apresente fatos ou argumentos novos;</i></b></li><li><b><i>7. Resposta em até 10 dias</i></b></li><li><b><i>8. Deverá ser publicada.</i></b></li></ol>



**Art. 59.** Solucionado o recurso hierárquico, encerra-se para o recorrente a possibilidade administrativa de revisão do ato disciplinar sofrido, exceto nos casos de representação previstos nos §§ 3º. e 4º. do art. 30.

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- ***Ao militar é dado o direito de representar contra o superior que aplicou ou aprovou o ato OFENSIVO, INJUSTO, IRREGULAR OU ILEGAL.***
- ***Vale lembrar que só será aceita representação contra ato disciplinar se tratar de ILEGALIDADE.***

**Art. 60.** Solucionados os recursos disciplinares e havendo sanção disciplinar a ser cumprida, o militar do Estado iniciará o seu cumprimento dentro do prazo de 3 (três) dias:

**I** - desde que não interposto recurso hierárquico, no caso de solução do pedido de reconsideração;

**II** - após solucionado o recurso hierárquico.

**Art. 61.** Os prazos para a interposição dos recursos de que trata este Código são decadenciais.

## **CAPÍTULO XI**

### **Da Revisão dos Atos Disciplinares**

---

**Art. 62.** As autoridades competentes para aplicar sanção disciplinar, exceto as ocupantes dos postos de 2º. Tenente a major, quando tiverem conhecimento, por via recursal ou de ofício, da possível existência de irregularidade ou ilegalidade na aplicação da sanção imposta por elas ou pelas autoridades subordinadas, podem, de forma motivada e com publicação, praticar um dos seguintes atos:

**I** - retificação;

**II** - atenuação;

**III** - agravação;

**IV** - anulação.

**Art. 63.** A retificação consiste na correção de irregularidade formal sanável, contida na sanção disciplinar aplicada pela própria autoridade ou por autoridade subordinada.

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Retificar significa corrigir.</i></b></li><li>➤ <b><i>A correção só acontecerá se o ato disciplinar tiver IRREGULARIDADE SANÁVEL.</i></b></li></ul>



**Art. 64.** A atenuação é a redução da sanção proposta ou aplicada, para outra menos rigorosa ou, ainda, a redução do número de dias da sanção, nos limites do art. 42, se assim o exigir o interesse da disciplina e a ação educativa sobre o militar do Estado.

**Art. 65.** A agravação é a ampliação do número dos dias propostos para uma sanção disciplinar ou a aplicação de sanção mais rigorosa, nos limites do art. 42, se assim o exigir o interesse da disciplina e a ação educativa sobre o militar do Estado.

**Parágrafo único.** Não caberá agravamento da sanção em razão da interposição de recurso disciplinar pelo militar acusado.

**Art. 66.** Anulação é a declaração de invalidade da sanção disciplinar aplicada pela própria autoridade ou por autoridade subordinada, quando, na apreciação do recurso, verificar a ocorrência de ilegalidade, devendo retroagir à data do ato.

**Parágrafo único.** A anulação de sanção administrativo-disciplinar somente poderá ser feita no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da publicação do ato que se pretende invalidar, ressalvado o disposto no inciso III do art. 41 deste Código.

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>A anulação é uma decisão que invalida ato disciplinar ILEGAL.</i></b></li><li>➤ <b><i>Aqui, não se pode corrigir o ato.</i></b></li></ul>



## **CAPÍTULO XII**

### **Das Recompensas Militares**

---

**Art. 67.** As recompensas militares constituem reconhecimento dos bons serviços prestados pelo militar do Estado e consubstanciam-se em prêmios concedidos por atos meritórios e serviços relevantes.

**Art. 68.** São recompensas militares:

**I** - elogio;

**II** - dispensa de serviço;

**III** - cancelamento de sanções, passíveis dessa medida.

**Parágrafo único.** O elogio individual, ato administrativo que coloca em relevo as qualidades morais e profissionais do militar, poderá ser formulado independentemente da classificação de seu comportamento e será registrado nos assentamentos.

**Art. 69.** A dispensa do serviço é uma recompensa militar e somente poderá ser concedida por oficiais dos postos de tenente-coronel e coronel a seus subordinados funcionais.

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>O texto da lei prever apenas T Cel e Cel com competências para tal medida.</i></b></li></ul>

**Parágrafo único.** A concessão de dispensas do serviço, observado o disposto neste artigo, fica limitada ao máximo de 6(seis) dias por ano, sendo sempre publicada em boletim.

**Art. 70.** O cancelamento de sanções disciplinares consiste na retirada dos registros realizados nos assentamentos individuais do militar da ativa, relativos às penas disciplinares que lhe foram aplicadas, sendo inaplicável às sanções de reforma administrativa disciplinar, de demissão e de expulsão.

**§ 1º** O cancelamento de sanções é ato do Comandante Geral de Ofício, comprovados em seus assentamentos, e depois de decorridos os lapsos temporais a seguir indicados, de efetivo serviço sem qualquer outra sanção, a contar da data da última pena imposta: **(Redação dada pelo Art.1º da Lei 15.051/2011).**

**a)** para o cancelamento de advertência: 2 anos;

**b)** para o cancelamento de repreensão: 3 anos;

**c)** para o cancelamento de permanência disciplinar ou, anteriormente a esta Lei, de detenção: 7 anos;

**d)** para o cancelamento de custódia disciplinar ou, anteriormente a esta Lei, de prisão administrativa: 10 anos.

#### **Comentário com técnica do Moral**

➤ **Não confunda CANCELAMENTO, PRESCRIÇÃO E ANULAÇÃO.**

**§ 2º** Independentemente das condições previstas neste artigo, o Controlador Geral de Disciplina poderá cancelar uma ou mais punições do militar que tenha praticado qualquer ação militar considerada especialmente meritória, que não chegue a constituir ato de bravura. Configurado ato de bravura, assim reconhecido, o Comandante-Geral poderá cancelar todas as punições do militar, independentemente das condições previstas neste artigo.

**§ 3º.** O cancelamento de sanções não terá efeito retroativo e não motivará o direito de revisão de outros atos administrativos decorrentes das sanções canceladas.

## **CAPÍTULO XIII**

### **Do Processo Regular**

#### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**

---

**Art. 71.** O processo regular de que trata este Código, para os militares do Estado, será:

**I** - o Conselho de Justificação, para oficiais;

**II** - o Conselho de Disciplina, para praças com 10 (dez) ou mais anos de serviço militar no Estado;

**III** - o processo administrativo-disciplinar, para praças com menos de 10 (dez) anos de serviço militar no Estado;

**IV** - o procedimento disciplinar previsto no Capítulo VII desta Lei.



**§ 1º** O processo regular poderá ter por base investigação preliminar, inquérito policial-militar ou sindicância instaurada, realizada ou acompanhada pela Controladoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário.

**§ 2º.** A inobservância dos prazos previstos para o processo regular não acarreta a nulidade do processo, porém os membros do Conselho ou da comissão poderão responder pelo retardamento injustificado do processo.

**Art. 72.** O militar do Estado submetido a processo regular deverá, quando houver possibilidade de prejuízo para a hierarquia, disciplina ou para a apuração do fato, ser designado para o exercício de outras funções, enquanto perdurar o processo, podendo ainda a autoridade instauradora proibir-lhe o uso do uniforme e o porte de arma, como medida cautelar.

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <b><i>Esse afastamento preventivo está previsto na Lei Complementar 98/11 da CGD, em seu art. 18.</i></b></p>

**Parágrafo único.** Não impede a instauração de novo processo regular, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos na instância administrativa, a absolvição, administrativa ou judicial, do militar do Estado em razão de:

<b>Comentário do Moral:</b>
<p>➤ <b><i>Mesmo após a finalização do processo o qual absolveu o militar por falta de prova, caso apareça(m) nova(s) provas, poderá sim ser aberto novo procedimento para julgar a mesma transgressão.</i></b></p>

I - não haver prova da existência do fato;

II - falta de prova de ter o acusado concorrido para a transgressão; ou,

III - não existir prova suficiente para a condenação.

**Art. 73.** Aplicam-se a esta Lei, subsidiariamente, pela ordem, as normas do Código do Processo Penal Militar, do Código de Processo Penal e do Código de Processo Civil.

Comentário do Moral:
<p>➤ <b><i>Da mesma forma que o Estatuto Militar é subsidiado pela legislação em vigor para o Exército, o Código será subsidiado pelo CPPM, CPP e CPC, nessa ordem.</i></b></p>

**Art. 74.** Extingue-se a punibilidade da transgressão disciplinar pela:

Comentário do Moral:
<p>➤ <b><i>Cuidado para não confundir Extinção de Punibilidade com Causas de Justificação (art. 34).</i></b></p>

I - passagem do transgressor da reserva remunerada para a reforma ou morte deste;

Comentário do Moral:
<p>➤ <b><i>Lembre-se que o reformado não é alcançado por este código disciplinar.</i></b></p>

II - prescrição.

Comentário do Moral:
<p>➤ <b><i>Diferentemente do cancelamento, todas as sanções são passíveis de prescrição.</i></b></p>

§ 1º. A prescrição de que trata o inciso II deste artigo se verifica:

a) em 2 (dois) anos, para transgressão sujeita à advertência e repreensão;

b) em 3 (três) anos, para transgressão sujeita à permanência disciplinar;

c) em 4 (quatro) anos, para transgressão sujeita à custódia disciplinar;

d) em 5 (cinco) anos, para transgressão sujeita à reforma administrativa; disciplinar, demissão, expulsão e proibição do uso do uniforme e do porte de arma;

e) no mesmo prazo e condição estabelecida na legislação penal, especialmente no código penal ou penal militar, para transgressão compreendida também como crime.

§ 2º. O início da contagem do prazo de prescrição de qualquer transgressão disciplinar é da data em que foi praticada, interrompendo-se pela instauração de sindicância, de conselho de justificação ou disciplina ou de processo administrativo-disciplinar ou pelo sobrestamento destes.

## Seção II

### Do Conselho de Justificação

---

Comentário do Moral:
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b>Somente Oficial responde a Conselho de Justificação.</b></li><li>➤ <b>Só será aberto se for por cometimento de transgressão que enseje julgamento da incapacidade deste para permanecer no serviço ativo militar</b></li></ul>

**Art. 75.** O Conselho de Justificação destina-se a apurar as transgressões disciplinares cometidas por oficial e a incapacidade deste para permanecer no serviço ativo militar.

**Parágrafo único.** O Conselho de Justificação aplica-se também ao oficial inativo presumivelmente incapaz de permanecer na situação de inatividade.

**Art. 76.** O oficial submetido a Conselho de Justificação e considerado culpado, por decisão unânime, deverá ser agregado disciplinarmente mediante ato do Comandante-Geral, até decisão final do Tribunal competente, ficando:

**I** - afastado das suas funções e adido à Unidade que lhe for designada;

**II** - proibido de usar uniforme e de portar arma;

**III** - mantido no respectivo Quadro, sem número, não concorrendo à promoção.

**Art. 77.** A constituição do Conselho de Justificação dar-se-á por ato do Governador do Estado, ou do Controlador Geral de Disciplina, composto cada um, por 3 (três) oficiais, sejam Militares ou Bombeiros Militares Estaduais, ou das Forças Armadas, dos quais, 1 (um) Oficial intermediário, recaindo sobre o mais antigo a presidência da Comissão, outro atuará como interrogante e o último como relator e escrivão.

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Perceba que há uma exigência de nomeação de oficial, qual seja: CAPITÃO (oficial intermediário).</i></b></li><li>➤ <b><i>Essa exigência se repete para o Conselho de Disciplina e para o PAD.</i></b></li><li>➤ <b><i>Veremos que a controladoria geral também possui um Conselho de Justificação com o nome PERMANENTE.</i></b></li></ul>

***Lá, o oficial exigido é o Superior, ou seja, de maior pra cima.***

**§ 1º.** Quando o justificante for oficial superior do último posto, o Conselho será formado por oficiais daquele posto, da ativa ou na inatividade, mais antigos que o justificante, salvo na impossibilidade. Quando o justificante for oficial da reserva remunerada, um dos membros do Conselho poderá ser da reserva remunerada.

**§ 2º.** Não podem fazer parte do Conselho de Justificação:

**I** - o Oficial que formulou a acusação;

**II** - os Oficiais que tenham entre si, com o acusador ou com o acusado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até o quarto grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil;

**III** - os Oficiais que tenham particular interesse na decisão do Conselho de Justificação; e

**IV** - os Oficiais subalternos.

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Perceba que os Tenentes não podem fazer parte como processantes do Conselho de Justificação.</i></b></li><li>➤ <b><i>Essa vedação não se repete para os demais processos regulares. Veja o art. 88.</i></b></li></ul>

**§ 3º.** O Conselho de Justificação funciona sempre com a totalidade de seus membros, em local que a autoridade nomeante, ou seu presidente, julgue melhor indicado para a apuração dos fatos.

**Art. 78.** O Conselho de Justificação dispõe de um prazo de 60(sessenta) dias, a contar da data de sua nomeação, para a conclusão de seus trabalhos relativos ao

processo, e de mais 15 (quinze) dias para deliberação, confecção e remessa do relatório conclusivo.

### **Comentário do Moral:**

- ***Decore os prazos para conclusão dos Processos Regulares, quais sejam:***
- ***Conselho de Justificação = 60 dias + 15 dias (deliberar, confeccionar e remeter o processo);***
  - ***Conselho de Disciplina = 45 dias + 15 dias (deliberar, confeccionar e remeter o processo);***
  - ***PAD = 30 dias + 15 dias (deliberar, confeccionar e remeter o processo).***

**Art. 79.** Reunido o Conselho de Justificação, convocado previamente por seu Presidente, em local, dia e hora designados com antecedência, presentes o acusado e seu defensor, o Presidente manda proceder à leitura e a autuação dos documentos que instruíram e os que constituíram o ato de nomeação do Conselho; em seguida, ordena a qualificação e o interrogatório do justificante, previamente cientificado da acusação, sendo o ato reduzido a termo, assinado por todos os membros do Conselho, pelo acusado e pelo defensor, fazendo-se a juntada de todos os documentos por este acaso oferecidos em defesa.

**§ 1º.** Sempre que o acusado não for localizado ou deixar de atender à intimação formal para comparecer perante o Conselho de Justificação serão adotadas as seguintes providências:

**a)** a intimação é publicada em órgão de divulgação com circulação na respectiva OPM ou OBM;

**b)** o processo corre à revelia do acusado, se não atender à publicação, sendo desnecessária sua intimação para os demais atos processuais.

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <p>➤ <i>Militar revel é o militar que <b>não comparece em julgamento</b> (ou comparece e não apresenta defesa), após citação.</i></p> |
|---|

**§ 2º.** Ao acusado revel ou não comparecimento do defensor nomeado pelo acusado em qualquer ato do processo, será nomeado defensor dativo, por solicitação do Controlador Geral de Disciplina, para promover a defesa do oficial justificante, sendo o defensor intimado para acompanhar os atos processuais.

**§3º** Reaparecendo, o revel poderá acompanhar o processo no estágio em que se encontrar, podendo nomear defensor de sua escolha, em substituição ao defensor dativo.”

**§ 4º.** Aos membros do Conselho de Justificação é lícito reinquirir o acusado e as testemunhas sobre o objeto da acusação e propor diligências para o esclarecimento dos fatos. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <p>➤ <i><b>Reinquirir é colher informações, interrogar.</b></i></p> |
|---|

**§ 5º.** Em sua defesa, pode o acusado requerer a produção, perante o Conselho de Justificação, de todas as provas permitidas no Código de Processo Penal Militar. A autenticação de documentos exigidos em cópias poderá ser feita pelo órgão administrativo.

**§ 6º.** As provas a serem colhidas mediante carta precatória serão efetuadas por intermédio da autoridade Policial-Militar ou, na falta desta, da Polícia Judiciária local.

## Comentário do Moral:

- **Carta precatória** é um instrumento utilizado pela Justiça quando existem indivíduos em comarcas diferentes. É um pedido que um juiz envia a outro de outra comarca.

**Art. 80.** O acusado poderá, após o interrogatório, no prazo de três dias, oferecer defesa prévia, arrolando até três testemunhas e requerer a juntada de documentos que entender convenientes à sua defesa.

**Art. 81.** Apresentada ou não a defesa, proceder-se-á à inquirição das testemunhas, devendo as de acusação, em número de até três, serem ouvidas em primeiro lugar.

**Parágrafo único.** As testemunhas de acusação que nada disserem para o esclarecimento dos fatos, a Juízo do Conselho de Justificação, não serão computadas no número previsto no *caput*, sendo desconsiderado seu depoimento.

**Art. 82.** O acusado e seu defensor, querendo, poderão comparecer a todos os atos do processo conduzido pelo Conselho de Justificação, sendo para tanto intimados, ressalvado o caso de revelia. **(Redação dada pelo art. 4º da lei 15.051/2011)**

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* não se aplica à sessão secreta de deliberação do Conselho de Justificação.

**Art. 83.** Encerrada a fase de instrução, o oficial acusado será intimado para apresentar, por seu defensor nomeado ou dativo, no prazo de 15 (quinze) dias, suas razões finais de defesa. **(Redação dada pelo art. 5º da lei 15.051/2011).**



**Art. 84.** Apresentadas as razões finais de defesa, o Conselho de Justificação passa a deliberar sobre o julgamento do caso, em sessão, facultada a presença do defensor do militar processado, elaborando, ao final, relatório conclusivo. ***(Redação dada pelo art. 6º da lei 15.051/2011).***

**§ 1º.** O relatório conclusivo, assinado por todos os membros do Conselho de Justificação, deve decidir se o oficial justificante:

**I** - é ou não culpado das acusações;

**II** - está ou não definitivamente inabilitado para o acesso, o oficial considerado provisoriamente não habilitado no momento da apreciação de seu nome para ingresso em Quadro de Acesso;

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Esse julgamento é apenas para oficial.</i></b></li><li>➤ <b><i>Sua consequência está escrita no inciso III do art. 86 dessa lei.</i></b></li></ul>

**III** - está ou não incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

**§ 2º.** A decisão do Conselho de Justificação será tomada por maioria de votos de seus membros, facultada a justificação, por escrito, do voto vencido.

**Art. 85.** Elaborado o relatório conclusivo, será lavrado termo de encerramento, com a remessa do processo, pelo Presidente do Conselho de Justificação, ao Controlador Geral de Disciplina, para fins previstos no Art. 28-A, da Lei complementar nº 98, de 20 de junho de 2011.

**Art. 86.** Recebidos os autos do processo regular do Conselho de Justificação, o Governador do Estado decidirá

se aceita ou não o julgamento constante do relatório conclusivo, determinando:

**I** - o arquivamento do processo, caso procedente a justificação;

**II** - a aplicação da pena disciplinar cabível, adotando as razões constantes do relatório conclusivo do Conselho de Justificação ou concebendo outros fundamentos;

**III** - a adoção das providências necessárias à transferência para a reserva remunerada, caso considerado o oficial definitivamente não habilitado para o acesso;

**IV** - a remessa do processo ao Auditor da Justiça Militar do Estado, caso a acusação julgada administrativamente procedente seja também, em tese, crime;

**V** - a remessa do processo ao Tribunal de Justiça do Estado, quando a pena a ser aplicada for a de reforma administrativa disciplinar ou de demissão, em conformidade com o disposto no art. 176, § 8º, da Constituição Estadual.

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>O Governador poderá concordar ou não com o parecer da comissão.</i></b></li><li>➤ <b><i>A punição (demissão ou reforma) só será aplicada ao oficial se for autorizado pelo Tribunal de Justiça do Estado.</i></b></li></ul>

**Art. 87.** No Tribunal de Justiça, distribuído o processo, o relator mandará citar o oficial acusado para, querendo, oferecer defesa, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a conclusão do Conselho de Justificação e a decisão do Governador do Estado, em seguida, mandará abrir vista para o parecer do Ministério Público, no prazo de 10(dez) dias, e, na sequência, efetuada a revisão, o processo deverá ser incluído em pauta para julgamento.

**§ 1º.** O Tribunal de Justiça, caso julgue procedente a acusação, confirmando a decisão oriunda do Executivo, declarará o oficial indigno do oficialato ou com ele incompatível, decretando:

**I** - a perda do posto e da patente; ou,

**II** - a reforma administrativa disciplinar, no posto que o oficial possui na ativa, com proventos proporcionais ao tempo de serviço militar.

**§ 2º.** Publicado o acórdão do Tribunal, o Governador do Estado decretará a demissão *ex officio* ou a reforma administrativa disciplinar do oficial transgressor.

### **Seção III**

#### **Do Conselho de Disciplina**

---

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Somente praças com 10 anos ou mais de serviço militar no Estado respondem a Conselho de Disciplina.</i></b></li><li>➤ <b><i>Este procedimento visa apurar a compatibilidade da Praça permanecer ou não na Corporação, podendo resultar em Demissão, Expulsão ou Reforma Administrativa Disciplinar.</i></b></li></ul>

**Art. 88.** O Conselho de Disciplina destina-se a apurar as transgressões disciplinares cometidas pela praça da ativa ou da reserva remunerada e a incapacidade moral desta para permanecer no serviço ativo militar ou na situação de inatividade em que se encontra.

**§ 1º.** A constituição do Conselho de Disciplina dar-se-á por ato do Controlador Geral de Disciplina, composto, cada um, por 3 (três) Oficiais, sejam Militares ou Bombeiros Militares Estaduais, ou das Forças Armadas, dos quais, um

Oficial Intermediário, recaindo sobre o mais antigo a presidência da Comissão, outro atuará como interrogante e o último como relator e escrivão. (**Redação dada pela lei 15.051/2011**).

**§ 2º.** O mais antigo do Conselho, no mínimo um capitão, será o presidente e o que se lhe seguir em antiguidade ou precedência funcional será o interrogante, sendo o relator e escrivão o mais moderno.

**§ 3º.** Entendendo necessário, o presidente poderá nomear um subtenente ou sargento para funcionar como escrivão no processo, o qual não integrará o Conselho.

**§ 4º.** Não podem fazer parte do Conselho de Disciplina:

**I** - o Oficial que formulou a acusação;

**II** - os Oficiais que tenham entre si, com o acusador ou com o acusado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até o quarto grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil; e,

**III** - os Oficiais que tenham particular interesse na decisão do Conselho de Disciplina.

**§ 5º.** O Conselho de Disciplina funciona sempre com a totalidade de seus membros, em local que a autoridade nomeante, ou seu presidente, julgue melhor indicado para a apuração dos fatos.

**§ 6º.** A instauração de Conselho de Disciplina importa no afastamento da praça do exercício de qualquer função policial, para que permaneça à disposição do Conselho.

**Art. 89.** As autoridades referidas no artigo anterior podem, com base na natureza da falta ou na inconsistência dos fatos apontados, considerar, desde logo, insuficiente a acusação e, em consequência, deixar de instaurar o Conselho de Disciplina, sem prejuízo de novas diligências.

**Art. 90.** O Conselho de Disciplina poderá ser instaurado, independentemente da existência ou da

instauração de inquérito policial comum ou militar, de processo criminal ou de sentença criminal transitada em julgado.

**Parágrafo único.** Se no curso dos trabalhos do Conselho surgirem indícios de crime comum ou militar, o presidente deverá extrair cópia dos autos, remetendo-os, por ofício, à autoridade competente para início do respectivo inquérito policial ou da ação penal cabível.

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |  |
|--|
| <p>➤ <b><i>Como já vimos no art. 44 e em seu parágrafo único, caso a transgressão ou crime enseje responsabilidade nas três esferas, administrativa, penal e civil, o militar irá responder em todas elas.</i></b></p> |
|--|

**Art. 91.** Será instaurado apenas um processo quando o ato ou atos motivadores tenham sido praticados em concurso de agentes.

**§ 1º** Havendo 2 (dois) ou mais acusados pertencentes a Corporações Militares diversas, o processo será instaurado pelo Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, ou pelo Controlador Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário.

<b>Comentário do Moral:</b>
-----------------------------

- |   |
|---|
| <p>➤ <b><i>Quando mais de um militar vier a cometer transgressão em concurso (juntos) eles responderão a um só processo. Se forem de corporações diferentes, será instaurado pelo Secretário de Segurança Pública e Defesa Social ou Controlador Geral.</i></b></p> |
|---|

**§ 2º.** Existindo concurso ou continuidade infracional, deverão todos os atos censuráveis constituir o libelo acusatório da portaria.

## Comentário do Moral:

- *O libelo ou libelo acusatório é uma peça processual, pedido ou requerimento, feito após a fase da pronúncia.*

**§ 3º.** Surgindo, após a elaboração da portaria, elementos de autoria e materialidade de infração disciplinar conexa, em continuidade ou em concurso, esta poderá ser aditada, abrindo-se novos prazos para a defesa.

**Art. 92.** O Conselho de Disciplina dispõe de um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de sua nomeação, para a conclusão de seus trabalhos relativos ao processo, e de mais 15 (quinze) dias para deliberação, confecção e remessa do relatório conclusivo.

**Art. 93.** Reunido o Conselho de Disciplina, convocado previamente por seu Presidente, em local, dia e hora designados com antecedência, presentes o acusado e seu defensor, o Presidente manda proceder a leitura e a autuação dos documentos que instruíram e os que constituíram o ato de nomeação do Conselho; em seguida, ordena a qualificação e o interrogatório da praça, previamente cientificada da acusação, sendo o ato reduzido a termo, assinado por todos os membros do Conselho, pelo acusado e pelo defensor, fazendo-se a juntada de todos os documentos por este acaso oferecidos em defesa.

**§ 1º.** Sempre que a praça acusada não for localizada ou deixar de atender à intimação formal para comparecer perante o Conselho de Disciplina serão adotadas as seguintes providências:

**a)** a intimação é publicada em órgão de divulgação com circulação na respectiva OPM ou OBM;

**b)** o processo corre à revelia do acusado, se não atender à publicação, sendo desnecessária sua intimação para os demais atos processuais.

**§ 2º.** Ao acusado revel ou não comparecimento do defensor nomeado pelo acusado em qualquer ato do processo, será nomeado defensor dativo, para promover a defesa da praça, sendo o defensor intimado para acompanhar os atos processuais.

**§ 3º.** Reaparecendo, o revel poderá acompanhar o processo no estágio em que se encontrar, podendo nomear defensor de sua escolha, em substituição ao defensor dativo.

**§ 4º.** Aos membros do Conselho de Disciplina é lícito reinquirir o acusado e as testemunhas sobre o objeto da acusação e propor diligências para o esclarecimento dos fatos. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

**§ 5º.** Em sua defesa, pode o acusado requerer a produção, perante o Conselho de Disciplina, de todas as provas permitidas no Código de Processo Penal Militar. A autenticação de documentos exigidos em cópias poderá ser feita pelo órgão administrativo.

**§ 6º.** As provas a serem colhidas mediante carta precatória serão efetuadas por intermédio da autoridade policial-militar ou bombeiro-militar, na falta destas, da Polícia Judiciária local.

**Art. 94.** O acusado poderá, após o interrogatório, no prazo de três dias, oferecer defesa prévia, arrolando até três testemunhas e requerer a juntada de documentos que entender convenientes à sua defesa.

**Art. 95.** Apresentada ou não a defesa, proceder-se-á à inquirição das testemunhas, devendo as de acusação, em número de até três, serem ouvidas em primeiro lugar.

**Parágrafo único.** As testemunhas de acusação que nada disserem para o esclarecimento dos fatos, a Juízo do Conselho de Disciplina, não serão computadas no número previsto no *caput*, sendo desconsiderado seu depoimento.

**Art. 96.** O acusado e seu defensor, querendo, poderão comparecer a todos os atos do processo conduzido pelo Conselho de Disciplina, sendo para tanto intimados, ressalvado o caso de revelia. **Parágrafo único.** O disposto no *caput* não se aplica à sessão secreta de deliberação do Conselho de Disciplina.

**Art. 97.** Encerrada a fase de instrução, a praça acusada será intimada para apresentar, por seu advogado ou defensor, no prazo de 8 (oito) dias, suas razões finais de defesa. **(Redação dada pelo Art. 10 da lei 15.051/2011)**

**Art. 98.** Apresentadas as razões finais de defesa, o Conselho de Disciplina passa a deliberar sobre o julgamento do caso, em sessão, facultada a presença do defensor do militar processado, elaborando, ao final, o relatório conclusivo.

**§ 1º.** O relatório conclusivo, assinado por todos os membros do Conselho de Disciplina, deve decidir se a praça acusada:

I - é ou não culpada das acusações;

II - está ou não incapacitada de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

**§ 2º.** A decisão do Conselho de Disciplina será tomada por maioria de votos de seus membros, facultada a justificação, por escrito, do voto vencido.

**Art. 99.** Elaborado o relatório conclusivo, será lavrado termo de encerramento, com a remessa do processo, pelo presidente do Conselho de Disciplina, à autoridade competente para proferir a decisão, a qual dentro do prazo de 20 dias decidirá se aceita ou não o julgamento constante do relatório conclusivo, determinando:



**I** - o arquivamento do processo, caso improcedente a acusação, adotando as razões constantes do relatório conclusivo do Conselho de Disciplina ou concebendo outros fundamentos;

**II** - a aplicação da pena disciplinar cabível, adotando as razões constantes do relatório conclusivo do Conselho de Disciplina ou concebendo outros fundamentos;

**III** - a adoção das providências necessárias à efetivação da reforma administrativa disciplinar ou da demissão ou da expulsão;

**IV** - a remessa do processo ao Auditor da Justiça Militar do Estado, caso a acusação julgada administrativamente procedente seja também, em tese, crime.

**§ 1º.** A decisão proferida no processo deve ser publicado oficialmente no Boletim da Corporação e transcrita nos assentamentos da Praça.

**§ 2º.** A reforma administrativa disciplinar da Praça é efetivada no grau hierárquico que possui na ativa, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

**Art. 100.** O acusado ou, no caso de revelia, o seu Defensor que acompanhou o processo pode interpor recurso contra a decisão final proferida no Conselho de Disciplina, no prazo de 5 (cinco) dias, para a autoridade que instaurou o processo regular.

**Parágrafo único.** O prazo para a interposição do recurso é contado da data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, ou, havendo qualquer dificuldade para estas se efetivarem, da data da publicação no Boletim da Corporação.

**Art. 101.** Cabe à autoridade que instaurou o processo regular, em última instância, julgar o recurso interposto contra a decisão proferida no processo do Conselho de

Disciplina, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do processo com o recurso.

**Art.102.** A decisão do Secretário de Segurança Pública e Defesa Social e do Controlador Geral de Disciplina, proferida em única instância, caberá revisão processual ao Governador do Estado, e nos demais casos ao Controlador Geral de Disciplina, desde que contenha fatos novos, será publicada em boletim, e o não atendimento desta descrição ensejará o indeferimento liminar.

## **Seção IV**

### **Do Processo Administrativo-Disciplinar**

---

<b>Comentário do Moral:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ <b><i>Somente para praças com menos de 10 anos de serviço militar no Estado.</i></b></li><li>➤ <b><i>Este procedimento visa apurar a compatibilidade da Praça permanecer ou não na Corporação, podendo resultar em Demissão, Expulsão ou Reforma Administrativa Disciplinar.</i></b></li></ul>

**Art. 103.** O processo administrativo-disciplinar é o processo regular, realizado por comissão processante formada por 3 (três) oficiais, designada por portaria do Controlador-Geral de Disciplina, destinado a apurar as transgressões disciplinares cometidas pela praça da ativa, com menos de 10 (dez) anos de serviço militar no Estado e a incapacidade moral desta para permanecer no serviço ativo, observado o procedimento previsto na Seção anterior.

**Parágrafo único:** A comissão processante dispõe de um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua nomeação, para a conclusão de seus trabalhos relativos ao

processo, e de mais 15 (quinze) dias para confecção e remessa do relatório conclusivo.”.

## **CAPÍTULO XIV**

### **Disposições Finais**

---

**Art. 104.** Para os efeitos deste Código, considera-se Comandante de Unidade o oficial que estiver exercendo funções privativas dos postos de coronel e de tenente-coronel.

**Parágrafo único.** As expressões diretor e chefe têm o mesmo significado de Comandante de Unidade.

**Art. 105.** Os Comandantes-Gerais poderão baixar instruções complementares conjuntas, necessárias à interpretação, orientação e fiel aplicação do disposto neste Código.

**Art. 106.** Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário, em especial as Leis nº s. 10.280, de 5 de julho de 1989, e 10.341, de 22 de novembro de 1979, o Decreto nº. 14.209, de 19 de dezembro de 1980, e as constantes da Lei nº. 10.072, de 20 de dezembro de 1976, e de suas alterações.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, em  
Fortaleza, 21 de novembro de 2003.

**Lúcio Gonçalo de Alcântara** GOVERNADOR DO  
ESTADO DO CEARÁ